



Manual de Participação e Proposta da Administração

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

30 de abril de 2026

SUMÁRIO

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	2
CONVITE.....	3
ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AGOE.....	4
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	8
ANEXO I - Edital de Convocação.....	18
ANEXO II - Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário	21
ANEXO III - Comentário dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia	22
ANEXO IV - Informações sobre candidatos indicados para o Conselho Fiscal.....	59
ANEXO V - Informações sobre a Remuneração anual dos Administradores e do Conselho Fiscal.....	65
ANEXO VI - Informações sobre candidata indicada para Vice-Presidente do Conselho de Administração.....	87
ANEXO VII - Informações sobre candidata indicada para membro suplente do Conselho de Administração.....	89

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Prezados Acionistas,

Em nome do Conselho de Administração da Tupy S.A., convidamos todos os acionistas a participarem da **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** ("AGOE"), a ser realizada no dia **30 de abril de 2026, às 15h00**, de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma eletrônica. A escolha pelo formato virtual visa facilitar a participação, promovendo maior acessibilidade e eficiência no processo de tomada de decisões.

A AGOE será realizada por meio da plataforma digital *Ten Meetings*, por meio do link <https://assembleia.ten.com.br/073361504>, a fim de deliberar as matérias constantes do edital de convocação.

Como forma de incentivar a participação na AGOE, este **Manual de Participação e Proposta da Administração** foi elaborado para fornecer todas as informações necessárias à participação na Assembleia, oferecendo subsídios para o exercício pleno do direito de voto. Além disso, esse documento visa orientar sobre os procedimentos de participação e representação durante a Assembleia.

O nosso **Departamento de Governança Corporativa** está à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas relacionadas da Assembleia pelo e-mail assembleiadigital@tupy.com.br.

Atenciosamente,

Jaime Luiz Kalsing

Presidente do Conselho de Administração

CONVITE

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA



AGOE em 30/04/2026



Às 15 horas



Virtual (Ten Meetings)



PÚBLICO-ALVO

Todos os acionistas poderão participar, desde que comprovem sua identidade.



QUÓRUM MÍNIMO DE INSTALAÇÃO

¼ do Capital Social (em primeira convocação)



COMO PARTICIPAR

Através da plataforma digital Ten Meetings via [Link de Acesso](#) ou enviando um boletim de voto a distância.

Caso a assembleia não seja instalada por quórum insuficiente, a Companhia publicará **novo Edital de Convocação** com nova data para a realização em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas.



DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS

Entre em contato com o departamento de Governança Corporativa pelo e-mail assembleiadigital@tupy.com.br.



ADOÇÃO DE AGOE 100% DIGITAL

O modelo digital facilita a participação dos acionistas, tornando o processo de decisão mais acessível e eficiente.

ORDEM DO DIA, conforme Edital de Convocação publicado no jornal Valor Econômico nas edições dos dias 30 e 31 de março e 1º de abril de 2026 ([Anexo I](#))

Assembleia Geral Ordinária:

- ✓ Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.
- ✓ Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.
- ✓ Eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal.
- ✓ Fixar a remuneração anual dos Administradores, dos membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e do Conselho Fiscal.

Assembleia Geral Extraordinária:

- ✓ Eleger o Vice-Presidente do Conselho de Administração.
- ✓ Eleger membro suplente do Conselho de Administração.

* Os esclarecimentos da Administração sobre cada item proposto para deliberação estão disponíveis no capítulo da Proposta da Administração.

ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AGOE

A AGOE será realizada de **modo exclusivamente digital**, permitindo que os Acionistas participem e votem por meio da Plataforma Digital, em conformidade com o artigo 28, §2º, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM nº 81”).

Em razão de ser realizada exclusivamente digital, será considerada como realizada na sede da Companhia, na Rua Albano Schmidt, nº 3.400, Bairro Boa Vista, em Joinville/SC.

A Companhia destaca que a adoção do formato digital visa ampliar e facilitar o acesso dos acionistas, contribuindo para um processo deliberativo mais ágil, inclusivo e eficiente.

Por fim, como a AGOE será realizada de forma exclusivamente digital, reforçamos que não haverá a possibilidade de participação presencial de acionistas.

1. Informações para participação dos acionistas na Assembleia

Os Acionistas poderão participar e votar da seguinte forma por meio da plataforma digital (“Plataforma Digital”) ou por Boletim de voto a distância (“BVD”).

PLATAFORMA DIGITAL

Para participar da AGOE por meio da Plataforma Digital, os acionistas, por si, seus representantes legais ou procuradores, **deverão se cadastrar obrigatoriamente até o dia 28 de abril de 2026, até às 23h59**, por meio do <https://assembleia.ten.com.br/073361504> (“Link de Acesso”). Para isso, basta acessar o **Link de Acesso** e seguir as etapas indicadas no **Manual da Plataforma**, disponível para consulta no website da Companhia (www.tupy.com.br/ri).

Os acionistas ou seus representantes que não enviarem os documentos obrigatórios através do Link de Acesso até às 23h59 do dia 28 de abril de 2026, não poderão participar da AGOE.

Para o cadastro, é obrigatório a apresentação dos seguintes documentos (“Documentação”):

DOCUMENTAÇÃO

Pessoa Física:

- Documento de identidade com foto do acionista; ou
- Documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração (*art. 126, §1º, da Lei das S/A*).

DOCUMENTAÇÃO

Pessoa Jurídica:

- Documento de identidade com foto do representante legal;
- Último estatuto/contrato social consolidado;
- Documentos societários/procurações que comprovem a representação legal do acionista/procurador.

Fundos de Investimento:

- Documento de identidade com foto do representante legal;
- Último regulamento consolidado do fundo;
- Último estatuto/contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso;
- Documentos societários/procurações que comprovem a representação legal do acionista/procurador.

- São documentos de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional;
- Não será exigido tradução juramentada ou tradução de documentos originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. Documentos redigidos em outras línguas só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma das 3 (três) línguas mencionadas;
- Procurações e boletins de voto à distância podem ser assinados digitalmente.

Caso a participação seja por meio de procurador, a outorga dos poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de um ano, conforme Lei das S.A. Além disso, o acionista pessoa jurídica, poderá ser representada por procurador designado de acordo com seu contrato ou estatuto social e em conformidade com as regras do Código Civil.

Após o cadastro, o acionista receberá um e-mail com o comprovante de sua inscrição (*caso não localize o e-mail em sua caixa de entrada, recomendamos que também procure em sua caixa de spam*). Uma vez confirmada pela Companhia a regularidade e suficiência dos documentos fornecidos, o acionista receberá, até às 23h59min (horário de Brasília/DF - Brasil) do dia 29 de abril de 2026, o e-mail de confirmação para sua participação virtual na AGOE.

As informações de acesso para participação virtual na AGOE não poderão ser compartilhadas, sob pena de responsabilização do acionista.

Os representantes e procuradores que representarem mais de um acionista na AGOE deverão, obrigatoriamente, realizar apenas um cadastro no [Link de Acesso](#). Após a aprovação dos documentos pela Companhia, receberão um link para cadastrar seus outorgantes.

Os acionistas ou representantes que não enviarem os documentos obrigatórios, através do [Link de Acesso](#) até às 23h59 do dia 28 de abril de 2026, não poderão participar da AGOE.

Caso o acionista não receba o e-mail com a confirmação de cadastro em até 24 (vinte e quatro) horas da sua realização, deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail assembleiadigital@tupy.com.br.

A Companhia não se responsabiliza por eventuais limitações técnicas, problemas operacionais, falhas de conexão ou quaisquer outras situações alheias ao seu controle que possam dificultar ou impedir a participação ou votação dos acionistas durante a Assembleia.

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA (BVD)

Envio de boletim de voto à distância por meio do agente de custódia, do escriturador ou depositário central

O acionista que optar enviar o BVD por meio do agente de custódia, do escriturador ou depositário central deverá observar as regras e procedimentos estabelecidos por tais instituições, conforme o caso. Caberá ao acionista seguir as orientações fornecidas para o correto preenchimento do BVD, bem como acompanhar os meios de comunicação utilizados por tais instituições para informar sobre o recebimento de voto, a suficiência das instruções enviadas e, quando necessário, eventuais solicitações de retificação ou reenvio das instruções.

Envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia

O acionista poderá, ainda, optar por enviar o BVD diretamente à Companhia, observando as seguintes instruções: (i) envio do BVD preenchido e assinado; (ii) envio das cópias dos documentos indicados na seção [Documentação](#); e (iii) no caso de procurador constituído, apresentação dos documentos que comprovem os poderes de representação. **Toda a documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do [Link de Acesso](#).**

O BVD e os documentos necessário deverão ser recebidos pela Companhia até o **dia 26 de abril de 2026**. **Aqueles recebidos após esta data serão desconsiderados e, consequentemente, os votos não serão computados.**

A Companhia confirmará o recebimento do BVD no prazo de até 3 (três) dias da data de recebimento, informando se a documentação apresentada é suficiente para validação do voto. Caso sejam identificadas inconsistências ou insuficiências, a Companhia

solicitará a retificação ou reenvio, indicando o prazo e os procedimentos necessários para regularização.

O BVD encontra-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, localizada na Rua Albano Schmidt, nº 3.400, Bairro Boa Vista, em Joinville/SC, e também nos websites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.tupy.com.br/ri).

Para informações adicionais, consulte o **Manual da Plataforma**, disponível no website da Companhia (www.tupy.com.br/ri).

Procuração

A Administração da Companhia deixa à disposição, como mera cortesia, um modelo de procuração, caso o acionista deseje utilizá-lo. Ressalta-se **que o modelo não configura um pedido público de procuração para os fins da Seção IV da Resolução CVM nº 81, mas sim uma facilidade que a Companhia coloca à sua disposição.**

O modelo de procuração, em formato editável, [está disponível no website](#) da Companhia.

A outorga da procuração através deste modelo deverá observar o prazo inferior a um ano, conforme Lei das S.A.

* * *

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

30 de abril de 2026

Senhores acionistas,

A Administração da Tupy S.A. vem apresentar-lhes as propostas que serão objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2026.

Nos termos da Resolução CVM nº 81, a Companhia disponibiliza nesta Proposta da Administração, juntamente com seus anexos, uma descrição detalhada, fundamentação e análise das questões que serão objeto de deliberação na AGOE.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

- 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.**

A Administração da Tupy S.A. submete à apreciação dos senhores acionistas a tomada das contas dos administradores e a aprovação das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, elaborados em conformidade com a legislação societária aplicável e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras foram elaborados pela Diretoria, auditados pela KPMG Auditores Independentes Ltda. e aprovados pelo Conselho de Administração em reunião iniciada em 17 de março de 2026 e encerrada em 19 de março de 2026, com manifestações favoráveis do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e do Conselho Fiscal. As Demonstrações Financeiras foram publicadas no jornal Valor Econômico em 20 de março de 2026.

Os referidos documentos, acompanhados do relatório dos auditores independentes, do relatório do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e do parecer do Conselho Fiscal, encontram-se disponibilizados no website de relações com investidores da Companhia (www.tupy.com.br/ri), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), conforme indicado no [Anexo II](#) desta Proposta da Administração.

A Administração entende que as Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, bem como o desempenho de suas operações

e as mutações de seu patrimônio líquido no referido exercício, motivo pelo qual recomenda sua aprovação pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária.

Em atendimento ao disposto no artigo 10, inciso III, da Resolução CVM nº 81, os comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia encontram-se detalhados no [Anexo III](#) da Proposta da Administração.

2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Em decorrência do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 656.815, conforme apurado nas demonstrações financeiras da Companhia, não há lucros a serem destinados nem valores a distribuir aos acionistas a título de dividendos no referido exercício.

No curso do exercício de 2025, foram efetuadas movimentações no patrimônio líquido da Companhia, consistentes na utilização de reservas de lucros, nos termos da legislação societária aplicável e do Estatuto Social, totalizando R\$ 912.765, sendo R\$ 655.286 destinados à absorção de prejuízos do exercício e R\$ 257.479 relacionados ao cancelamento de ações mantidas em tesouraria.

Do montante total revertido, R\$ 908.538 foram provenientes da Reserva para Investimentos e R\$ 4.227 da Reserva Legal.

Tais movimentações refletiram-se nas Demonstrações Financeiras do exercício e tiveram por objetivo adequar a estrutura do patrimônio líquido da Companhia, observando-se os limites e requisitos previstos na Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social da Tupy S.A.

Diante desse contexto, e em cumprimento às disposições estatutárias e legais aplicáveis, a Administração submete à apreciação dos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, a ratificação das movimentações patrimoniais ocorridas no exercício e a aprovação da destinação do resultado apurado, consistente na absorção do prejuízo do exercício e na inexistência de distribuição de resultados aos acionistas no exercício social de 2025.

Por fim, ressalta-se que, para fins de informação e de atendimento às orientações regulatórias, conforme decisão do Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários de 27 de setembro de 2011 (Processo CVM RJ/2010-14687), as companhias que tenham apurado prejuízo no exercício não estão obrigadas à apresentação das informações relativas à destinação do lucro previstas no Anexo A da Resolução CVM nº 81/22.

3. Eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal da Companhia, de funcionamento permanente, é composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos, acompanhados de seus respectivos suplentes, podendo ser acionistas ou não. Os conselheiros são eleitos para um mandato unificado de 1 (um) ano, sendo admitida a reeleição, nos termos do artigo 42 do Estatuto Social.

A indicação de candidatos ao Conselho Fiscal por acionistas titulares de ações de emissão da Companhia deve observar as disposições aplicáveis da Lei nº 6.404/76, da Resolução CVM nº 81 e do Ofício Circular/Anual–2026-CVM/SEP, especialmente no que se refere aos requisitos de elegibilidade, documentação necessária, prazos e procedimentos para formalização das indicações. O processo de votação em separado (art. 161, §4º da Lei 6.404/76) não se aplica à Companhia, considerando que não há acionista controlador.

A Companhia informa que, até a publicação da Proposta da Administração, recebeu comunicações de acionistas com a indicação de membros para eleição do Conselho Fiscal, conforme abaixo:

Efetivo	Suplente	Data de indicação	Indicado pelo acionista
Wagner Aparecido Mardegan	Ana Cristina Ribeiro Kattar	12 de março de 2026	Previ ¹
João Augusto Monteiro	Maria Elvira Lopes Gimenez	16 de março de 2026	Trigono Capital ²
Tiago Cesar dos Santos	Marcos Alberto Pereira Motta	26 de março de 2026	BNDESPAR ³

¹ Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ

² Fundos de investimentos geridos pela Trigono Capital Ltda.

³ BNDES Participações - BNDESPAR.

Em cumprimento à RCVM 81/2022, o [Anexo IV](#) a esta Proposta da Administração, que é parte integrante do Manual, contém as informações previstas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, com relação aos candidatos acima identificados.

4. Fixar a remuneração anual dos Administradores, do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e do Conselho Fiscal.

ESTRATÉGIA DA REMUNERAÇÃO

A Política de Remuneração dos Administradores da Companhia (“Política”) estabelece diretrizes para definição da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, considerando:



Compatibilidade com as funções e os riscos inerentes à função



Atração, retenção e reconhecimento



Competitividade do pacote de remuneração total



Alinhamento com os interesses de longo prazo da Companhia

COMPROMISSO COM A RESPONSABILIDADE FINANCEIRA: CONGELAMENTO DA REMUNERAÇÃO

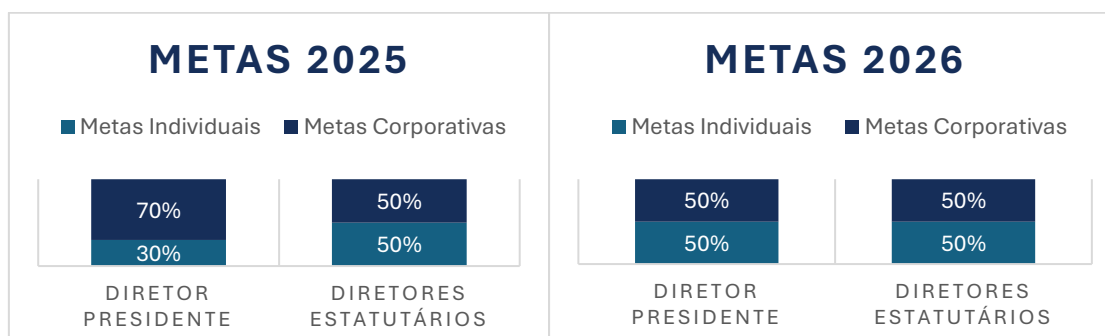
A Companhia tem mantido seu compromisso com a adoção das melhores práticas de governança corporativa e com a administração responsável dos seus recursos. Em linha com esse compromisso, e considerando tanto os desafios enfrentados pelo mercado quanto o contínuo crescimento da Companhia, o Conselho de Administração, seguindo recomendação do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança (“CPCG”), deliberou pela manutenção do congelamento dos valores individuais das remunerações dos administradores para o exercício de 2026.

A medida dá continuidade à prática adotada em 2025, quando a Companhia decidiu não aplicar reajustes à remuneração dos administradores, mesmo diante das variações inflacionárias e de mercado. Para 2026, o Conselho de Administração, com recomendação do CPCG, opta por manter esse congelamento, reforçando a gestão prudente de custos, a previsibilidade orçamentária e o alinhamento às expectativas dos acionistas. Assim, os valores individuais de remuneração permanecerão inalterados, apesar do crescimento e da maior complexidade das operações da Companhia.

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA 2026

REMUNERAÇÃO FIXA		BENEFÍCIOS	
	Salário-base mensal	Plano de saúde e odontológico Seguro de vida Previdência privada Veículo e combustível	
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL			
	METAS PRV <i>(Remuneração Variável de Curto Prazo)</i>		PLANO DE INCENTIVO 2022 <i>(Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)</i>
Corporativas 40% a 60% <i>(conforme cargo)</i>		Unidades de ação por performance 60%	
KPIs Globais		Geração de Valor	
EBITDA, Caixa e NOPAT <i>Desafios anuais em linha com as expectativas dos acionistas</i>		Conversão de 0 a 150% (TSR ¹ e ROIC)	
Individuais 40% a 60% <i>(conforme cargo)</i>		Unidades de ação restritas 40%	
Negócios, eficiência, inovação e crescimento		Retenção e visão de longo prazo	
 Fatores ESG 5% a 15% <i>(conforme cargo)</i>		Conversão de 1 ação para cada 1 unidade	
Redução de emissões GEE Eficiência energética Produtos baixo carbono Investimento social Segurança do Trabalho Diversidade & Inclusão		 VESTING PERIOD DE 3 ANOS	
		Informações conforme última outorga aprovada pelo CA	

¹ Retorno Total ao Acionista, do termo estrangeiro *Total Shareholder Return*.



COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 2026

 REMUNERAÇÃO FIXA	 ADICIONAL POR PARTICIPAÇÃO EM COMITÊS
Pró-labore base mensal Tendo em vista possuir atribuições específicas, a remuneração fixa mensal para o cargo de Presidente do Conselho de Administração é superior à remuneração fixa mensal dos demais membros.	Pagamento único, independentemente do número de Comitês ou quantidade de reuniões. Adicional superior para os cargos de Coordenadores dos Comitês Adicional do cargo de Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário é superior ao dos demais Coordenadores, haja vista o tempo de dedicação necessário aos trabalhos.
 BENEFÍCIOS Seguro de vida + Reembolso de despesas necessárias para o desempenho de suas funções.	 Não há outros benefícios ou remunerações, como bônus, participação nos lucros, comissões, ações ou compensações pós-emprego e rescisórias.

PROPOSTA DE VERBA GLOBAL DE REMUNERAÇÃO 2026

Para o exercício de 2026, a proposta de verba global anual apresenta redução em relação ao montante aprovado para 2025. Essa redução decorre principalmente da alteração na estrutura da Diretoria Estatutária, cujo número de integrantes passou de oito para cinco.

Essa adequação reflete o redesenho organizacional implementado pela Companhia, com foco em eficiência e otimização das estruturas administrativas.

Desta forma, a Administração propõe que a Assembleia Geral Ordinária aprove a fixação da verba global anual para a remuneração dos administradores e conselheiros nos seguintes valores:

- a) Verba global anual da administração no valor total de **até R\$ 44.279.414,87¹**:
 - a.1) Diretoria Estatutária: o montante de até R\$ 37.455.219,83;
 - a.2) Conselho de Administração: até R\$ 6.176.195,04; e
 - a.3) Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário: até R\$ 648.000,00.
- b) Remuneração anual dos membros do Conselho Fiscal: **até R\$ 648.000,00²**.

¹ Líquido dos valores referentes aos encargos sociais, que são ônus da Companhia

² A remuneração proposta para os membros do Conselho Fiscal está em conformidade com o disposto no artigo 162, parágrafo 3º, da Lei das S.A. Vale destacar que, desde o exercício de 2020, a Administração da Companhia propõe à Assembleia Geral que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal seja a mesma remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário.

Comparativamente à proposta aprovada para o exercício de 2025, observa-se que a verba global anual da administração proposta para 2026 apresenta uma redução de aproximadamente 33,5%, passando de R\$ 59.144.138,65 para R\$ 44.279.414,87.

Destaca-se que os valores individuais de remuneração projetados para 2026 permanecem congelados, sem qualquer reajuste.

A decisão de manter os valores individuais da remuneração inalterados demonstra o compromisso da Companhia com a sustentabilidade do negócio, reforçando o equilíbrio entre competitividade e responsabilidade financeira.

Dessa forma, a Administração recomenda a aprovação da presente proposta.

De forma a proporcionar melhores condições para a tomada da decisão e em benefício da comparabilidade com o valor proposto em relação ao exercício anterior, a Administração submete as seguintes informações relativas à proposta de remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (R\$ milhares)		
	2025		2026
	REALIZADO	APROVADO	PREVISÃO
Nº total de membros	9	9	9
Nº membros remunerados	7,67	9	9
REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL			
Salário ou pró-labore	3.773	4.365	4.365
Benefícios direto e indireto	0,3	3,4	3,4
Participações em comitês	1.519	1.807	1.807
Total da remuneração	5.293	6.176	6.176

DESTAQUE DA REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- 1. Manutenção da Remuneração:** A PREVISÃO 2026 para a remuneração do Conselho de Administração não contempla reajuste em relação ao valor APROVADO 2025, mantendo os valores estabelecidos anteriormente.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA (R\$ milhares)			
	2025		2026
	REALIZADO	APROVADO	PREVISÃO
Nº total de membros	7,25	8	5
Nº membros remunerados	7,25	8	5
REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL			
Salário ou pró-labore	10.360	11.041	8.537
Benefícios direto e indireto	2.347	2.502	1.913
Outros	-	-	-
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL			
Bônus	4.691	15.563	12.854
Outros	6.376	6.382	-
Pós-emprego	724	840	610
Cessação do cargo	7.849	9.187	8.260
Baseada em ações	5.702	7.027	5.278
Total da remuneração	38.051	52.544	37.455

DESTAQUES DA REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA	1. Diminuição da quantidade de Vice-Presidências: Diminuição de 8 para 5 a quantidade de membros da Diretoria Estatutária.
	2. Congelamento das remunerações individuais: A projeção das remunerações individuais em 2026 não considera reajuste da remuneração fixa dos atuais cinco Diretores Estatutários.
	3. Benefícios Diretos e Indiretos: Os benefícios diretos e indiretos previsto em Contrato com a Diretoria Estatutária sofreram correção pela inflação e/ou contratos.
	4. Destinação das Verbas de Cessação de Cargo: As verbas destinadas para cessação de cargo incluem indenização de Diretores Estatutários nos casos previstos nos respectivos contratos de prestação de serviços ou pagamento de valores relativos a reconhecimento de serviços prestados ainda que não previstos contratualmente.

Maiores detalhes sobre a remuneração dos Administradores, do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e do Conselho Fiscal são encontrados no [Anexo V](#).

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

1. Eleger o Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia

Em razão da renúncia apresentada pelo Sr. Márcio Antônio Chiumento, comunicada ao mercado em 27 de fevereiro de 2026, o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração encontra-se vago.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a vaga de membro titular do Conselho de Administração decorrente da referida renúncia foi preenchida pela respectiva conselheira suplente, Sra. Adriana Duarte Chagastelles, para cumprimento do prazo de gestão unificado atualmente em curso, com término previsto para 30 de abril de 2027.

Ainda de acordo com o Estatuto Social, compete à Assembleia Geral eleger, dentre os membros do Conselho de Administração, o Presidente e o Vice-Presidente do referido órgão.

Diante desse contexto, a Administração submete à deliberação dos acionistas a eleição da Sra. Adriana Duarte Chagastelles para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração, a fim de exercer o cargo pelo período remanescente do prazo de gestão unificado atualmente em vigor.

As informações aplicáveis à candidata indicada para a eleição do cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração encontram-se consolidadas no [Anexo VI](#) desta Proposta da Administração, o qual integra o Manual de Participação.

2. Eleger membro suplente do Conselho de Administração

Conforme divulgado no Aviso aos Acionistas publicado em 19 de março de 2026, a Companhia recebeu correspondência da Trígono Capital Ltda., gestora de fundos de investimento titulares de aproximadamente 2,82% do capital social da Companhia, contendo: (i) solicitação de inclusão, na ordem do dia da Assembleia Geral, da matéria relativa à eleição de membro suplente do Conselho de Administração; e (ii) indicação da Sra. Ana Maria Gati como candidata ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração, na condição de suplente do Conselheiro titular Sr. Jaime Luiz Kalsing.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral é competente para eleger os membros do Conselho de Administração e, quando aplicável, seus respectivos suplentes.

Diante disso, e considerando a inclusão do tema na ordem do dia da AGOE, a Administração submete à deliberação dos acionistas a presente matéria, apresentando para votação o nome da Sra. Ana Maria Gati, indicada pela Trígono, para exercer a

suplência do Conselheiro titular Sr. Jaime Luiz Kalsing, pelo período remanescente do mandato em curso, com término previsto para 30 de abril de 2027.

Registra-se que o Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Pessoas, Cultura e Governança (CPCG), examinou a aderência da candidata indicada à Política de Indicação, bem como as razões para o enquadramento da indicada como conselheira independente e, com base no exame realizado e na manifestação do CPCG, entende que a candidata: (i) está aderente aos critérios da Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento da Companhia; e (ii) encontra-se devidamente enquadrada nos critérios de independência do Regulamento do Novo Mercado e do Estatuto Social, conforme autodeclaração nesse sentido.

As informações aplicáveis à candidata indicada, conforme exigido pela legislação societária e pela regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, encontram-se consolidadas no [Anexo VII](#) desta Proposta da Administração, o qual integra o Manual de Participação.

* * *

ANEXO I

Edital de Convocação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os acionistas da TUPY S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) no dia **30 de abril de 2026** às **15h00**, em primeira convocação, de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma eletrônica de vídeo conferência, para o fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.
2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.
3. Eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal.
4. Fixar a remuneração anual dos Administradores, do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e do Conselho Fiscal.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

1. Eleger o Vice-Presidente do Conselho de Administração.
2. Eleger membro suplente do Conselho de Administração.

INFORMAÇÕES GERAIS:

a) O modelo escolhido para realização da AGOE, de forma exclusivamente digital, visa facilitar a participação dos acionistas, promovendo maior acessibilidade e eficiência no processo de tomada de decisões.

b) O Manual de Participação da AGOE, que contém a Proposta da Administração referente às matérias acima, encontra-se à disposição dos interessados na Rua Albano Schmidt, nº 3.400, Bairro Boa Vista, em Joinville/SC, e nos *websites* da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão (www.b3.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.tupy.com.br/ri), em conformidade com as disposições legais atinentes.

c) Conforme orientações e regras contidas no Manual de Participação da AGOE, os acionistas poderão exercer seu direito de voto nas matérias constantes da ordem do dia, por meio de boletim de voto a distância, que deverá ser entregue com até 4 (quatro) dias de antecedência da data da assembleia, ou seja, até o dia **26 de abril de 2026: (a)** diretamente à Companhia, através do link de acesso: <https://assembleia.ten.com.br/073361504>; (“Link de Acesso”), ou **(b)** por transmissão de instruções de preenchimento para prestadores de serviço aptos a prestar serviços de

coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância, a saber (i) ao custodiante do acionista, caso as ações estejam depositadas em depositário central; ou (ii) ao BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM, instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, caso as ações não estejam depositadas em depositário central.

Para adoção do método de voto **(b)**, os acionistas deverão observar as regras e procedimentos estabelecidos pelo escriturador ou pelos respectivos agentes de custódia, conforme o caso, para recebimento das instruções de preenchimento do boletim de voto a distância, bem como os meios utilizados por tais instituições para comunicação com os acionistas a respeito do recebimento das instruções de preenchimento de voto, da suficiência de tais instruções e, se for o caso, da necessidade de retificação ou reenvio das instruções. Caso o acionista opte pelo envio do boletim de voto à distância diretamente à Companhia, deverá observar as regras e procedimentos descritos no Manual de Participação da AGOE.

d) Desta forma, com o propósito de agilizar os trabalhos para realização da AGOE, pedimos aos acionistas, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, que optarem por participar da AGOE, para se cadastrarem até às 23h59 do dia 28 de abril de 2026, por meio do **Link de Acesso**, fornecendo a documentação e informações indicadas abaixo.

e) Os documentos e informações enviados por meio do **Link de Acesso**, na forma acima, serão validados pela Companhia e, uma vez aprovados até às 23h59min (horário de Brasília/DF - Brasil) do dia 29 de abril de 2026, o participante estará habilitado para participar virtualmente da AGOE, mediante uso de seu acesso pessoal e intransferível.

f) Em atendimento ao disposto no art. 6º da Resolução CVM nº 81/2022 e art. 126, §1º da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S/A”), para serem admitidos na AGOE, os acionistas deverão apresentar, por meio do **Link de Acesso**, os comprovantes de sua condição de acionista, mediante apresentação (*upload*) da via original ou cópia autenticada: (i) de documento de identidade contendo foto, no caso dos acionistas pessoas físicas; (ii) de cópia do estatuto/contrato social, em caso de acionista pessoa jurídica, bem como a cópia das atas de eleição dos seus administradores, devidamente registrados no órgão competente, ou regulamento no caso de fundos de investimento; e (iii) dos documentos que comprovem os poderes de representação, conforme aplicável.

g) Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimento, para serem admitidos na AGOE, deverão apresentar à Companhia original ou cópia autenticada: (1) do regulamento do fundo de investimento; e (2) dos atos societários do administrador que confira poderes ao representante que comparecerá à assembleia ou a quem tenha outorgado a procuração, conforme as alíneas (ii) e (iii) do item ‘f’ deste edital.

h) Os acionistas que forem representados por procurador deverão observar o disposto no art. 126, §1º, da Lei 6.404/76.

i) Além das informações contidas neste Edital, os acionistas poderão dirimir eventuais dúvidas em relação às matérias em pauta, por meio de contato direto com o departamento de Governança Corporativa Companhia, através de mensagem eletrônica (assembleiadigital@tupy.com.br).

PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE A AGOE, BEM COMO SOBRE OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADMISSÃO DO ACIONISTA NA AGOE, VIDE MANUAL DISPONÍVEL NA RUA ALBANO SCHMIDT, Nº 3.400, BAIRRO BOA VISTA, EM JOINVILLE/SC, E NOS WEBSITES DA B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), DA CVM (www.cvm.gov.br) E DA COMPANHIA (www.tupy.com.br/ri), EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES LEGAIS ATINENTES.

Joinville, SC, 27 de março de 2026.

JAIME LUIZ KALSING

Presidente do Conselho de Administração
TUPY S.A.

ANEXO II

Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário

Prezado acionista,

Tais documentos encontram-se à disposição, nas versões integrais nos seguintes websites: B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), CVM (www.cvm.gov.br) e Companhia (www.tupy.com.br/ri).

ANEXO III

Comentário dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia

(item 2 do Formulário de Referência, conforme RCVM 80/2022)

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia, e os valores constantes nesta seção 2.1 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Tupy S.A. referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

As informações constantes nesta seção 2 devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Tupy S.A., disponíveis no website da Companhia (<https://ri.tupy.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm).

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia consideram que a Companhia apresentou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

A Companhia encerrou 2025 com endividamento líquido de R\$ 2,21 bilhões, o que resulta em um indicador de 3,35x dívida líquida sobre EBITDA ajustado. No que concerne à composição por moeda, 58,3% estão denominadas em moeda estrangeira e 41,7% em Reais. Em relação ao prazo, 94,8% são obrigações de longo prazo e 5,2% estão classificadas no curto prazo.

Em termos de liquidez, a Companhia apresentou índices de liquidez corrente (ativo circulante dividido por passivo circulante) de 2,40 em 2025.

Indicadores Econômicos e Financeiros (Em R\$ mil)	2025	2024
Endividamento Líquido (1)	2.211.687	2.342.357
EBITDA ajustado (2)	660.932	1.293.899
EBIT (3)	(156.481)	559.667
Cobertura de Juros (EBIT / Despesa financeira)	(0,35)	1,40
Endividamento Líquido/ EBITDA ajustado	3,35	1,81
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/ Passivo Circulante)	2,40	2,20

(1) Endividamento Bancário Líquido: representa a totalidade dos financiamentos e empréstimos (inclusos os arrendamentos de direito de uso de ativos), debêntures e derivativos passivos de curto e longo prazo deduzidos do total de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e derivativos ativos de curto e longo prazo. O Endividamento Bancário Líquido não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como um indicador do desempenho operacional, ou alternativo aos fluxos de caixa da Companhia, como medida de

liquidez ou capacidade de pagamento da dívida da Companhia. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia. A Companhia acredita que o Endividamento Bancário Líquido funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

(2) EBITDA Ajustado é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto sobre a renda e contribuição social, das depreciações e amortizações e ajustado pela adição das outras despesas ou redução das outras receitas operacionais líquidas. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado e a definição da Companhia de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquela utilizada por outras sociedades. A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Entretanto, cabe ressaltar que, uma vez que o EBITDA Ajustado não considera certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA Ajustado apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade da Companhia.

(3) EBIT é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido e do imposto sobre a renda e contribuição social. O EBIT não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

b. estrutura de capital

A Diretoria considera que a atual estrutura de capital, medida pelo quociente entre capital próprio e capital de terceiros, apresenta níveis de alavancagem consistentes com a natureza dos negócios da Companhia e com o planejamento de investimentos a serem realizados.

A tabela abaixo mostra a estrutura de capital próprio e de terceiros para os períodos indicados:

(Em R\$ mil)	2025	2024
Capital próprio (Patrimônio líquido)	2.513.376	3.499.347
Total do passivo exigível	6.878.265	8.011.516
Caixa e equivalentes de caixa	(1.853.156)	(2.376.203)
Capital de terceiros (1)	5.025.109	5.635.313
Capital próprio / capital de terceiros	0,50	0,62

(1) Capital de terceiros: total do passivo circulante mais não circulante, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento, posição de liquidez e a capacidade de geração de caixa, os Diretores da Companhia são de opinião de que ela terá recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros.

A Companhia possui *covenants* em parte de seus empréstimos e financiamentos, conforme detalhado no item f. (i) deste formulário, em dezembro de 2025 foram concedidos e formalizados *waivers* com flexibilização dos *covenants* financeiros das

debêntures, através da assembleia geral de debenturistas ocorrida em 15 de dezembro de 2025 e de contratos bilaterais de BNDES – Exim firmados com o Banco Itaú S.A.

Desta forma, não se espera que saídas de caixa, incluídas nas análises de maturidade da dívida da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes, a não ser em caso de antecipação por iniciativa da Companhia.

Os principais indicadores que demonstram a capacidade de pagamento e liquidez são apresentados abaixo:

Indicadores Econômicos e Financeiros (Em R\$ mil)	2025	2024
Receitas	9.692.948	10.665.110
Lucro Bruto	1.223.151	1.926.591
Lucro Líquido	(654.552)	82.440
Margem Bruta (1)	12,62%	18,06%
Margem Líquida (2)	-6,75%	0,77%
Resultado Financeiro	(296.860)	(300.539)
Despesa financeira	(442.547)	(400.941)
Passivo (Passivo Exigível + Patrimônio Líquido)	9.391.641	11.510.863
Passivo Exigível/Passivo (Passivo Exigível + Patrimônio Líquido)	73,24%	69,60%
Endividamento Líquido (3)	2.211.687	2.342.357
EBIT (4)	(156.481)	559.667
EBITDA ajustado (5)	660.932	1.293.899
Endividamento Líquido/ EBITDA ajustado (5)	3,35	1,81

(1) **Margem bruta** é o lucro bruto dividido pelas receitas.

(2) **Margem líquida** é o lucro líquido dividido pelas receitas.

(3) **Endividamento Bancário Líquido** representa a totalidade dos financiamentos e empréstimos (inclusos os arrendamentos de direito de uso de ativos), debêntures e derivativos passivos de curto e longo prazo deduzidos do total de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e derivativos ativos de curto e longo prazo. O Endividamento Bancário líquido não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como um indicador do desempenho operacional, ou alternativo aos fluxos de caixa operacionais, como medida de liquidez ou capacidade de pagamento da dívida da Companhia. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia. A Companhia acredita que o Endividamento Bancário Líquido funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

(4) **EBIT** é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido e do imposto sobre a renda e contribuição social. O EBIT não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

(5) **EBITDA Ajustado** é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto sobre a renda e contribuição social, das depreciações e amortizações e ajustado pela adição das outras despesas ou redução das outras receitas operacionais líquidas. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado e a definição da Companhia de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquela utilizada por outras sociedades. A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Entretanto, cabe ressaltar que, uma vez que o EBITDA Ajustado não considera certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderia, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação,

dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA Ajustado apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade da Companhia.

Análise de Liquidez (Em R\$ mil)	Exercício social findo em	
	2025	2024
Ativo Circulante	5.947.055	7.460.379
Ativo não Circulante	3.444.586	4.050.484
Passivo Circulante	2.478.815	3.390.939
Passivo não Circulante	4.399.450	4.620.577
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.853.156	2.376.203
Liquidez Corrente - (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	2,40	2,20
Liquidez Imediata - (Disponibilidades/Passivo Circulante)	0,75	0,70
Liquidez Geral - (Ativo Circulante + Não Circulante/Passivo circulante + Não Circulante)	1,37	1,44

(1) **Liquidez corrente** é o ativo circulante dividido pelo passivo circulante.

(2) **Liquidez imediata** é a disponibilidade dividida pelo passivo circulante.

(3) **Liquidez geral** é o ativo circulante adicionado ao ativo não circulante sobre passivo circulante adicionado ao passivo não circulante.

O fluxo de pagamento contratual (não descontado) da Companhia apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro de 2025:

Consolidado		Fluxo de caixa contratual					
Passivos financeiros	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total do fluxo
Financiamentos e empréstimos	2.492.634	76.357	76.462	129.366	603.521	2.131.240	3.016.946
Fornecedores, títulos a pagar e outros	1.362.033	1.362.033	-	-	-	-	1.362.033
Debêntures	1.602.082	118.539	113.774	229.341	1.530.099	762.174	2.753.927
Dividendos a pagar	335	335	-	-	-	-	335
Instrumentos financeiros derivativos	1.830	1.830	-	-	-	-	1.830
	5.458.914	1.559.094	190.236	358.707	2.133.620	2.893.414	7.135.071

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza para o seu capital de giro e investimentos em ativos não circulantes a geração de caixa operacional, empréstimos e financiamentos e debêntures. De acordo com suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as atividades operacionais geraram caixa de R\$ 915,1 milhões, frente a R\$ 1,4 bilhão do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Durante o exercício de 2025, a Companhia efetuou captações através de contratação de BNDES – Exim, Adiantamento de Contrato de Câmbio, Debêntures e Finep.

A tabela abaixo demonstra as captações efetuadas durante os exercícios:

Modalidade (Em R\$ mil)	2025	2024
Debênture	-	1.500.000
ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio	-	673.742
Finep	27.809	27.501
BNDES - Exim	-	149.240
	27.809	2.350.483

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia realiza a gestão de fluxo de caixa, dos riscos associados às operações financeiras e eventuais deficiências de liquidez, seguindo as diretrizes estabelecidas na Política de Gestão Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração.

Atualmente, a Companhia encontra-se em uma situação de liquidez suficiente para atender às necessidades de capital de giro e para manutenção dos investimentos. Em caso de uma situação de deficiência de liquidez, a Companhia está apta a captar recursos junto a instituições financeiras de médio e grande porte.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos, debêntures e contratos derivativos passivos, de curto e longo prazo, que somavam R\$ 4,1 bilhões, dos quais R\$ 3,9 bilhões, 94,8%, estão classificados como não circulante.

O Endividamento Bancário Líquido consolidado em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 2,2 bilhões.

A tabela abaixo demonstra o endividamento bancário e o endividamento bancário líquido da Companhia nos períodos indicados:

Exercício social findo em		
Endividamento Líquido (1) (Em R\$ mil)	2025	2024
Financiamento e empréstimos		
Moeda nacional	125.139	92.643
Moeda estrangeira	87.617	545.480
Total do circulante	212.756	638.123
Financiamento e empréstimos		
Moeda nacional	1.583.140	1.562.853
Moeda estrangeira	2.298.820	2.569.336
Total do não circulante	3.881.960	4.132.189
Instrumentos financeiros derivativos a pagar		
Circulante	1.830	22.073
Total dos instrumentos financeiros derivativos a pagar	1.830	22.073
Total do endividamento bancário	4.096.546	4.792.385
(-) Caixa e equivalentes de caixa	1.853.156	2.376.203
(-) Instrumentos financeiros derivativos a receber	31.703	73.825
Total Endividamento Líquido	2.211.687	2.342.357

(1) Endividamento Bancário Líquido não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como um indicador do desempenho operacional, ou como uma alternativa, como medida de liquidez ou capacidade de pagamento da dívida da Companhia. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia. A Companhia acredita que o Endividamento Bancário Líquido funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

Debêntures:

A tabela abaixo representa as debêntures emitidas pela Companhia:

Captação	Instrumento	Vencimento	Taxa efetiva	Juros	Nacional
					BRL
3T24	Debênture (série 1)	jul/29	CDI + 0,87%	semestral	789.770
3T24	Debênture (série 2)	jul/31	CDI + 1,00%	semestral	360.230
3T24	Debênture (série 3)	jul/33	CDI + 1,18%	semestral	350.000
					1.500.000

Em 17 de julho de 2024 a Companhia concluiu a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 3 (três) séries:

- Série 1 - R\$ 789,8 milhões possui vencimento em parcela única em julho de 2029, com juros semestrais de CDI mais 0,87% ao ano e amortização no vencimento.
- Série 2 - R\$ 360,2 milhões possui vencimento em duas parcelas de igual valor em julho de 2030 e julho de 2031, com juros semestrais de CDI mais 1,00% ao ano.
- Série 3 - R\$ 350,0 milhões possui vencimento em três parcelas de igual valor em julho de 2032, julho de 2033 e julho de 2034 com juros semestrais de CDI mais 1,18% ao ano.

Os custos de emissão no montante de R\$ 7,8 milhões têm seu reconhecimento diferido ao longo desta operação.

Com o recurso líquido captado por meio dessa Oferta Restrita a Companhia procedeu, o resgate antecipado das debêntures da 4ª emissão no montante de R\$ 1,0 bilhão. O montante captado, superior ao da 4ª emissão foi destinado à liquidação antecipada de outras dívidas em julho de 2024.

As debêntures são da espécie quirografária, não contando com garantia real, fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Emissora em particular, não oferecendo privilégio algum sobre o ativo da Emissora para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, e não conferirão qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas, ou seja, sem qualquer preferência, concorrendo os Debenturistas em igualdade de condições com os demais credores quirografários, em caso de falência da Emissora.

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (*covenants*) com verificação periódica, dentre elas, destaca-se o índice de dívida líquida sobre EBITDA ajustado (12 meses).

Em caso de descumprimento pode resultar no impedimento de: (i) efetuar novas captações de empréstimos e financiamentos; (ii) distribuir dividendos superiores ao mínimo legal; (iii) realizar investimentos não relacionados a manutenção das atividades produtivas; e, (iv) recomprar ações emitidas pela Companhia. Adicionalmente, para debêntures e BNDES – Exim, o descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida.

Em dezembro de 2025 foram concedidos e formalizados os *waivers* com flexibilização dos *covenants* financeiros das debêntures, através da assembleia geral de debenturistas ocorrida em 15 de dezembro de 2025 e de contratos bilaterais de BNDES – Exim firmados com o Banco Itaú S.A.

Adicionalmente, também se aplicam *covenants* não financeiros, sendo o principal deles a mudança de controle da Companhia que resulte em rebaixamento da classificação de risco (rating), o que pode levar ao vencimento antecipado dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontra-se adimplente com todas as cláusulas restritivas específicas de cada operação.

Financiamentos e empréstimos:

A tabela abaixo representa os montantes em aberto, vencimento e custo médio:

Consolidado (Em R\$ mil)	Vencimento	Custo médio	Exercício social findo em	
			2025	2024
Moeda Estrangeira			2.384.069	3.111.687
(a) Senior Unsecured Notes - US\$375.000	Fev/2031	VC + 4,50% a.a.	2.087.244	2.346.908
(c) Adiantamento contrato de câmbio - ACC	mai/2025	VC + 6,35% a.a.	-	423.813
(d) BNDES Exim	abr/2029	VC + 5,63% a.a.	276.633	304.782
Arrendamentos Direito Uso de Ativos			20.192	36.184
Moeda Nacional			108.565	86.368
(b) Nota de Crédito a Exportação - NCE	Fev/2025	CDI + 1,42% a.a.	-	-
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	Jul/2032	TJLP - 0,11% a.a.	89.615	65.782
Arrendamentos Direito Uso de Ativos			18.950	20.550
Finame (PSI)	Jan/2025	6,00% a.a.	-	36
Total endividamento bancário			2.492.634	3.198.055

A origem dos financiamentos e empréstimos acima relacionados é a seguinte:

(a) Senior Unsecured Notes – US\$375.000

A Companhia emitiu títulos de dívida no mercado internacional, por meio de sua controlada indireta Tupy Netherlands Finance B.V. (antiga Tupy Overseas S.A.). As *Senior Unsecured Notes* contam com garantia integral e solidária da Controladora.

Tupy Netherlands Finance B.V.

Captação	Instrumento	Vencimento	Taxa efetiva	Juros	Nacional (*)
USD					
1T21	Senior Unsecured Notes	fev/31	4,50% a.a.	semestral	375.000
					375.000

(*) em milhares

Em fevereiro e agosto de 2025 a Companhia efetuou pagamentos de juros no total de R\$ 94,4 milhões (no mesmo período do ano anterior foram R\$ 89,7 milhões). O efeito cambial ocorrido no exercício findo em dezembro de 2025 foi redução de R\$ 261,1 milhões (aumento R\$ 506,6 milhões no exercício de 2024).

(b) Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

Trata-se de financiamento para projetos de inovação obtido junto a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, contratado em julho de 2022. O valor total da linha de crédito é de R\$ 103 milhões.

Abaixo estão demonstradas as liberações ocorridas e que estão em aberto na data base de 31 de dezembro de 2025:

Controladora

Captação	Instrumento	Vencimento	Taxa efetiva	Juros	Nacional
BRL					
3T22	FINEP	jul/32	TJLP - 0,11% a.a.	mensal	37.080
2T24	FINEP	jul/32	TJLP - 0,11% a.a.	mensal	27.810
3T25	FINEP	jul/32	TJLP - 0,11% a.a.	mensal	27.810
					92.700

(c) Adiantamento de contrato de câmbio – ACC

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na contratação, a Controladora liquidou a operação no montante de R\$ 374,3 milhões (USD

65,0 milhões) de principal. O efeito da variação cambial foi contraposto pelo recebimento de swap no montante de R\$ 13,3 milhões.

(d) BNDES – Exim

A Controladora possui linhas de créditos de BNDES – Exim com o Banco Itaú S.A. Abaixo estão demonstradas, em milhares de dólares, as operações em aberto na data base de 31 de dezembro de 2025:

Controladora					
Captação	Instrumento	Vencimento	Taxa efetiva	Juros	Nacional
USD					
3T23	BNDES-Exim	ago/28	VC + 5,58% a.a.	trimestral	18.330
1T24	BNDES-Exim	abr/29	VC + 5,66% a.a.	trimestral	29.926
					48.256

Para proteção da exposição cambial foram realizadas contrações de opções nos termos apresentados abaixo:

Controladora					
Captação	Instrumento	Vencimento	Taxa efetiva	Juros	Nacional
BRL					
3T23	Swap	ago/28	108,50% CDI	trimestral	89.666
1T24	Swap	abr/29	108,30% CDI	trimestral	149.239
					238.905

Considerando que a Companhia contratou operações de swap para cobertura da exposição cambial decorrente destes passivos financeiros, os instrumentos de empréstimos, assim como os instrumentos derivativos estão sendo avaliados pelo valor justo por meio do resultado.

Considerando que a Companhia contratou operações de *swap* para cobertura da exposição cambial decorrente destas operações, tais passivos financeiros estão sendo avaliados pelo valor justo por meio do resultado.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía registrado em seu passivo nenhuma outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Com relação às dívidas que compõem o endividamento da Companhia, deve ser observada a seguinte ordem de pagamento: dívidas com garantia real e dívidas quirografárias. A Companhia não possui dívidas subordinadas. Em relação às dívidas com garantia real, os credores da Companhia têm prioridade no recebimento de seus créditos em relação aos credores quirografários até o limite dado em garantia, inexistindo grau de subordinação entre os credores quirografários.

Adicionalmente, considerando a totalidade do passivo circulante e não circulante da Companhia, o montante de R\$ 3.435,3 milhões, correspondia à obrigação de natureza

quirografia em 31 de dezembro de 2025. Tais valores estão sujeitos à preferência das obrigações da Companhia que constam como garantias reais até o limite do bem gravado, tais como alienação fiduciária de bens que totalizavam, em 31 de dezembro de 2025, R\$ 659,4 milhões.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (*covenants*) com verificação periódica, dentre elas, destaca-se o índice de dívida líquida sobre EBITDA ajustado (12 meses).

Em caso de descumprimento pode resultar no impedimento de: (i) efetuar novas captações de empréstimos e financiamentos; (ii) distribuir dividendos superiores ao mínimo legal; (iii) realizar investimentos não relacionados a manutenção das atividades produtivas; e, (iv) recomprar ações emitidas pela Companhia. Adicionalmente, para debêntures e BNDES – Exim, o descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida.

Em dezembro de 2025 foram concedidos e formalizados os *waivers* com flexibilização dos *covenants* financeiros das debêntures, através da assembleia geral de debenturistas ocorrida em 15 de dezembro de 2025 e de contratos bilaterais de BNDES – Exim firmados com o Banco Itaú S.A.

Adicionalmente, também se aplicam *covenants* não financeiros, sendo o principal deles a mudança de controle da Companhia que resulte em rebaixamento da classificação de risco (rating), o que pode levar ao vencimento antecipado dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontra-se adimplente com todas as cláusulas restritivas específicas de cada operação.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possuía saldo a liberar.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Análise comparativa dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 em relação ao do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

(Em R\$ mil)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Exercício social findo em			
	2025	AV%	2024	AV%
Receitas	9.692.948	100,0%	10.665.110	100,0%
Custo dos produtos vendidos	(8.469.797)	-87,4%	(8.738.519)	-81,9%
Lucro Bruto	1.223.151	12,6%	1.926.591	18,1%
Despesas de vendas	(466.656)	-4,8%	(561.747)	-5,3%
Despesas administrativas e Honorários da Administração	(470.022)	-4,8%	(449.573)	-4,2%
Outras despesas operacionais líquidas	(442.954)	-4,6%	(355.604)	-3,1%
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(156.481)	-1,6%	559.667	5,2%
Despesas financeiras	(442.547)	-4,6%	(400.941)	-3,5%
Receitas financeiras	149.796	1,5%	152.067	1,4%
Variações cambiais líquidas	(4.109)	0,0%	(51.665)	-0,5%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(453.341)	-4,7%	259.128	2,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(201.211)	-2,1%	(176.688)	-1,7%
Lucro Líquido do Exercício	(654.552)	-6,8%	82.440	0,8%

i. Receitas

As receitas totalizaram R\$ 9,7 bilhões em 2025, apresentando uma redução de 9,1% na comparação com 2024.

(Em R\$ mil)

RECEITAS	Exercício social findo em		
	2025	Variação	2024
Mercado interno	3.972.079	-4,6%	4.165.743
Transporte de Carga, Infraestrutura, Agricultura e Geração d	3.306.168	-7,3%	3.566.646
Carros de passeio	445.715	-11,3%	502.631
Veículos comerciais	1.865.669	-16,7%	2.240.361
Off-road	314.760	8,5%	290.063
Energia e Descarbonização	680.024	27,4%	533.591
Distribuição	665.911	11,2%	599.097
Mercado externo	5.720.869	-12,0%	6.499.367
Transporte de Carga, Infraestrutura, Agricultura e Geração d	5.555.272	-11,8%	6.298.629
Carros de passeio	209.799	-38,7%	342.221
Veículos comerciais leves	2.114.913	-11,9%	2.400.234
Veículos comerciais médios pesados	1.474.900	-21,3%	1.873.701
Off-road	1.654.697	7,3%	1.541.703
Energia e Descarbonização	100.963	-28,3%	140.770
Distribuição	165.597	-17,5%	200.738
	9.692.948	-9,1%	10.665.110

Em 2025, a América do Norte foi responsável por 37,4% das receitas da Companhia. Por sua vez, as Américas do Sul e Central representaram 44,1%, e a Europa, 15,6%. Os demais 2,9% foram provenientes da Ásia, África e Oceania.

As receitas oriundas do mercado interno reduziram 4,6%, impactadas principalmente pela retração na produção de caminhões no país, parcialmente mitigada pelo desempenho nas vendas para aplicações *off-road*.

No mercado externo, as receitas reduziram 12,0% na comparação anual. O desempenho reflete, principalmente, o menor volume de vendas observado nas aplicações para

veículos comerciais no mercado norte-americano. Incertezas geopolíticas e regulatórias, em conjunto com indicadores setoriais como preços de frete e níveis de ocupação depreciados impactaram a demanda por veículos comerciais, uma vez que companhias de logística optaram por postergar a renovação e ampliação de suas frotas.

A vendas oriunda das aplicações *off-road* têm se beneficiado especialmente pelo aumento da demanda por máquinas e equipamentos utilizados no segmento de construção não residencial.

As receitas do segmento de energia e descarbonização, que correspondem a 8,1% do faturamento da Companhia em 2025, apresentaram crescimento de 15,8%, impactadas principalmente pelo aumento nas vendas de geradores.

As receitas do segmento de Distribuição, composta por Peças de Reposição (*Aftermarket*) e Produtos Hidráulicos (conexões e perfis em ferro), apresentaram aumento de 4,0%. O desempenho do negócio de Peças de Reposição foi impactado pelo lançamento dos novos produtos das linhas “*Masterparts*” (produtos multimarcas) e “*Opcional*”, linhas mais competitivas para produtos da marca MWM.

ii. Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos (“CPV”) em 2025 somou R\$ 8,47 bilhões, montante 3,1% inferior a 2024. O ano registrou margem bruta de 12,6%, ante 18,1% no ano anterior.

(Em R\$ mil)

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	Exercício social findo em		
	2025	Varição	2024
Materiais	4.977.599	-6,1%	5.298.767
Mão-de-obra	1.860.203	1,7%	1.828.353
Energia	424.521	-4,4%	444.257
Depreciação	339.453	-1,2%	343.675
Outros	868.021	5,4%	823.468
	8.469.797	-3,1%	8.738.519

Os custos do período foram afetados pela elevação de preços de insumos e serviços. A queda dos volumes de produção e vendas, por sua vez, ocasionou a menor diluição de custos fixos, com reflexos negativos na alavancagem operacional.

Esses fatores foram parcialmente mitigados por diversas iniciativas de redução de custos e captura de sinergias ao longo de 2025.

iii. Despesas operacionais

As despesas operacionais apresentaram queda de 7,4% em relação ao ano anterior, com valor correspondente a 9,7% das receitas líquidas, queda de R\$ 74,6 milhões na comparação com 2024.

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em		
	2025	Varição	2024
Despesas de vendas	190.975	8,4%	176.188
Frete	275.681	-28,5%	385.559
	466.656	-16,9%	561.747
(Em R\$ mil)	Exercício social findo em		
	2025	Varição	2024
Despesas administrativas	440.364	4,3%	422.189
Honorários da Administração	29.658	8,3%	27.384
	470.022	4,5%	449.573

iv. Outras despesas operacionais, líquidas

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em		
	2025	Varição	2024
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS			
Venda crédito prêmio IPI (a)	173.500	-	-
Constituição e atualização de provisões	(138.287)	61,0%	(85.901)
Resultado na baixa de bens do imobilizado	(5.997)	-75,2%	(24.220)
Gastos com reestruturações	(96.886)	67,8%	(57.755)
Redução ao valor realizável estoques	(39.895)		-
Impairment imobilizado	(324.791)	47,9%	(219.614)
Impairment intangível	(2.493)	-91,8%	(30.512)
Reversão impairment ICMS	-	-100,0%	61.993
Ressarcimento sinistro México	-	-100,0%	25.894
Resultado na venda de inservíveis e outros	(1.070)	-93,7%	(17.019)
	(435.919)	25,6%	(347.134)
Depreciação de ativos não operacionais	(7.035)	-16,9%	(8.470)
Total de outras despesas operacionais, líquidas	(442.954)	24,6%	(355.604)

As outras despesas operacionais líquidas, totalizaram R\$ 443,0 milhões em 2025, frente a R\$ 355,6 milhões em 2024, representando incremento de 24,6%, sendo que os principais eventos foram:

- A Companhia efetuou em dezembro de 2025 a venda do CPIPI, por meio de cessão de direitos, pelo valor de R\$ 173,5 milhões, cujo montante foi recebido em parcela única no dia 19 de dezembro de 2025 e reconhecido como outras receitas operacionais. Com isso o valor do CPIPI registrado e o AVP constituído sobre o mesmo, ambos pelo valor de R\$ 109,5 milhões, foram baixados.
- A linha de “Constituição e atualização de provisões” inclui, entre outros itens, constituição de contingência, sem efeito caixa, no valor de R\$ 42 milhões, referente a processos administrativos sobre créditos tributários adicionais ao Reintegra, após a revisão do prognóstico de perda para “provável”.
- Iniciativas voltadas à otimização da estrutura acarretaram despesas no montante de R\$ 97 milhões, decorrentes de iniciativas de incremento de eficiência operação e redução de capacidade, ante R\$ 58 milhões em 2024.
- O plano de sinergias da Companhia decorrente das aquisições, entre outras iniciativas, prevê a realocação da produção para linhas mais eficientes. Neste contexto, foi realizado teste de *impairment* de ativos imobilizados e intangíveis,

resultando em ajustes de R\$ 250 milhões em 2024. Fatores geopolíticos, com reflexo na estratégia dos clientes, levaram a Companhia, a partir do segundo trimestre de 2025, a promover alterações significativas no plano inicial, incluindo o redirecionamento do projeto originalmente previsto e o início de um novo plano de adequação de capacidade a partir do Brasil. Como parte deste processo, que terá como resultado a redução de custos fixos e necessidade de investimentos em ativos e capital de giro, em 31 de dezembro de 2025, foi realizado *impairment* de ativos imobilizados e intangíveis, no valor de R\$ 327,3 milhões, e a redução de R\$ 40,0 milhões no valor realizável de estoques, vinculados ao processo de desmobilização da capacidade de produção e alocação para linhas mais eficientes.

v. Resultado financeiro líquido

(Em R\$ mil)

RESULTADO FINANCEIRO	Exercício social findo em		
	2025	Varição	2024
Despesas financeiras	(442.547)	10,4%	(400.941)
Receitas financeiras	149.796	-1,5%	152.067
Variação cambiais	(4.109)	-92,0%	(51.665)
Total de resultado financeiro	(296.860)	-1,2%	(300.539)

O resultado financeiro líquido de 2025 consistiu em despesa de R\$ 296,9 milhões, frente a R\$ 300,5 milhões do ano anterior.

O aumento das despesas financeiras ao longo de 2025 deve-se, principalmente, ao aumento das taxas de juros no Brasil e seus efeitos sobre dívidas em moeda local, parcialmente compensado pela redução do endividamento, com a amortização de R\$ 379,0 milhões ao longo do primeiro semestre. O resultado também foi influenciado pelo reconhecimento integral das despesas do *waiver* para flexibilização dos *covenants* das debêntures, aprovado em assembleia de debenturistas realizada em dezembro de 2025.

As receitas financeiras do período atingiram R\$ 150,0 milhões. A redução em relação ao ano anterior deve-se ao menor saldo de caixa médio em Reais, parcialmente compensado pelo aumento das taxas de juros que remuneraram as aplicações financeiras.

As variações monetárias e cambiais líquidas, no valor de R\$ 4,1 milhões, são decorrentes de (i) resultado de operações de *hedge*, correspondente à receita de R\$ 41,0 milhões, sendo R\$ 25,5 milhões oriundos de marcação a mercado e R\$ 15,5 milhões proveniente do recebimento das operações liquidadas; e (ii) variações negativas nas contas do balanço patrimonial, no valor de R\$ 44,8 milhões.

vi. Resultado antes dos tributos sobre o lucro

Como resultado dos fatores acima, o resultado antes dos tributos apresenta prejuízo de R\$ 453,3 milhões, contra lucro de R\$ 259,1 milhões em 2024.

vii. Imposto sobre a renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes dos efeitos fiscais	(658.844)	38.643	(453.341)	259.128
Alíquota de imposto de renda	34%	34%	34%	34%
Receita (despesa) à alíquota	224.007	(13.138)	154.136	(88.103)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Efeito diferença de alíquota do <i>impairment</i>	-	-	-	(1.220)
Efeito da correção do ativo imobilizado	-	-	(4.352)	1.037
Juros sobre o capital próprio pagos	-	37.014	-	37.014
Juros sobre o capital próprio recebidos	(32.300)	-	-	-
Equivalência patrimonial	(156.075)	13.684	-	-
Imposto adicional das subsidiárias	(20.849)	(25.324)	(20.849)	(25.324)
Efeito diferença de alíquota	642	21.402	8.953	21.402
Impostos diferidos baixados	-	-	(125.600)	-
Impostos diferidos não reconhecidos sobre <i>impairment</i>	-	-	(124.840)	-
Impostos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal	-	-	(109.934)	-
Demais (adições) exclusões permanentes	(13.396)	7.233	(22.513)	(21.295)
Efeitos fiscais lançados ao resultado antes de impactos cambiais	2.029	40.871	(244.999)	(76.489)
Alíquota de imposto de renda antes de impactos cambiais	0%	-106%	-54%	30%
Efeito da moeda funcional sobre base tributária	-	-	43.788	(100.199)
Efeitos fiscais lançados ao resultado	2.029	40.871	(201.211)	(176.688)
Alíquota de imposto de renda - efetiva	0%	-106%	-44%	68%

A despesa de imposto de renda e contribuição social, antes dos impactos cambiais no México, foi de R\$ 245,0 milhões, que representa alíquota efetiva negativa de 54% sobre o prejuízo antes dos impostos.

Os principais impactos na alíquota efetiva, foram:

- **Impairment de IR/CS diferidos:** Considerando o mesmo racional que levou a constituição de *impairment* de ativos, a Companhia avaliou e concluiu pelo reconhecimento de provisão da ordem de R\$ 125,6 milhões, ou seja, 100% dos ativos reconhecidos até então, na unidade objeto do teste.
- **IR/CS diferidos não reconhecidos sobre *impairment*:** Em condições normais, as provisões de *impairment* de ativos deveriam constituir base de reconhecimento de IR/CS diferidos para recuperação futura. Considerando as condições desfavoráveis da unidade que constituiu o ajuste, a Companhia avaliou e concluiu pelo não reconhecimento de crédito tributário da ordem de R\$ 124,8 milhões em função de, neste momento, não vislumbrar capacidade de realização.
- **IR/CS diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais:** Ao longo do exercício as subsidiárias Tupy Minas Gerais Ltda. e Technocast, S.A. de C.V. vinham gerando prejuízos fiscais, para os quais a Companhia não reconheceu os créditos fiscais diferidos, da ordem de R\$ 109,9 milhões, já considerando as expectativas de incapacidade de realização.

viii. Lucro Líquido do Exercício

Em 2025 a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 654,5, enquanto em 2024 foi lucro líquido de R\$ 82,4 milhões. O prejuízo atribuído aos acionistas da Tupy S.A. no exercício de 2025 foi de R\$ 656,8 e lucro de R\$ 79,5 milhões em 2024.

Análise das principais variações patrimoniais das posições em 31 de dezembro de 2025 em relação a 31 de dezembro de 2024.

O quadro abaixo demonstra as principais contas do ativo da Companhia, bem como as respectivas variações:

ATIVO (Em R\$ mil)	2025	AV	Variação	2024	AV
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	1.853.156	19,7%	-22,0%	2.376.203	20,6%
Instrumentos financeiros derivativos	31.703	0,3%	-57,1%	73.825	0,6%
Contas a receber	1.597.455	17,0%	-13,1%	1.837.435	16,0%
Estoques	1.721.952	18,3%	-21,6%	2.197.704	19,1%
Ferramentais	231.706	2,5%	-21,4%	294.744	2,6%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	155.341	1,7%	-8,6%	169.957	1,5%
Demais tributos a recuperar	219.003	2,3%	-39,7%	363.119	3,2%
Títulos a receber e outros	136.739	1,5%	-7,2%	147.392	1,3%
	5.947.055	63%	-20%	7.460.379	65%
Não Circulante					
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	46.290	0,5%	6,6%	43.405	0,4%
Demais tributos a recuperar	21.561	0,2%	-54,3%	47.179	0,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	680.079	7,2%	-19,6%	846.275	7,4%
Depósitos judiciais e outros	21.781	0,2%	3,1%	21.131	0,2%
Investimentos em instrumentos patrimoniais	7.486	0,1%	-28,3%	10.436	0,1%
Propriedades para investimento	4.792	0,1%	25,1%	3.831	0,0%
Imobilizado	2.525.157	26,9%	-14,1%	2.940.751	25,5%
Intangível	137.440	1,5%	0,0%	137.476	1,2%
	3.444.586	37%	-15%	4.050.484	35%
	9.391.641	100,0%	-18,4%	11.510.863	100,0%

i. Caixa e equivalentes de caixa

Apresentou uma redução de 22,0% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2024.

(Em R\$ mil)

	Exercício social findo em		
	2025	Variação	2024
Caixa e bancos	13.998	-29,6%	19.897
Aplicações financeiras no país	969.459	-17,3%	1.172.691
Aplicações financeiras no exterior	869.699	-26,5%	1.183.615
Caixa e equivalente de caixas	1.853.156	-22,0%	2.376.203

Em 31 de dezembro de 2025 a variação consolidada de caixa e equivalentes de caixa apresentado no período decorre de:

- Geração de caixa das atividades operacionais de R\$ 915,1 milhões;
- Amortizações de dívidas, líquidas de captações no montante de R\$ 539,4 milhões;
- Aplicações nas atividades de investimentos de R\$ 482,9 milhões;
- Distribuição aos acionistas de R\$ 189,9 milhões;
- Recompra de ações no montante de R\$ 156,1 milhões; e,
- Variação cambial negativa sobre disponibilidades mantidas em moeda estrangeira de R\$ 70,0 milhões.

ii. Contas a receber

A variação observada em 31 de dezembro de 2025 em comparação com 31 de dezembro de 2024 decorreu da redução no quantitativo de vendas no período e da valorização do Real frente ao Dólar norte americano que passou de R\$ 6,1923 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,5024 em 31 de dezembro de 2025.

(Em R\$ mil)

	Exercício social findo em		
	2025	Variação	2024
Mercado interno	450.416	-3,1%	464.676
Mercado externo	1.189.215	-16,1%	1.417.448
Estimativa para perdas em recebíveis	(42.176)	-5,6%	(44.689)
Contas a receber	1.597.455	-13,1%	1.837.435

Em 31 de dezembro de 2025 a estimativa de perdas em relação às contas a receber de clientes representava 2,6% do saldo de contas a receber consolidado em aberto (em 31 de dezembro de 2024 era 2,4%). Em relação aos valores vencidos, a Companhia mantém contato próximo com os clientes no sentido de entender e subsidiar em alguma dificuldade de processo que possa ter gerado atraso no pagamento, podendo em casos extremos notificar, adotar medidas de cobrança previstas em contrato e até suspender novas remessas.

iii. Estoques

(Em R\$ mil)

	Exercício social findo em		
	2025	Variação	2024
Produtos acabados	671.428	-10,7%	752.135
Produtos em elaboração	453.511	-34,9%	697.092
Matérias-primas	545.542	-9,8%	604.806
Materiais de manutenção e outros	180.277	-18,0%	219.915
Estimativa para perdas em estoques	(128.806)	68,9%	(76.244)
Estoques	1.721.952	-21,6%	2.197.704

Em 31 de dezembro de 2025, no contexto do ajuste de alocação da capacidade produtiva, um montante de estoques de manutenção sem utilização prevista foi identificado, os quais não contribuirão para a operação futura da Companhia, desta forma estimativa para perda de R\$ 39.895 foi registrada.

As demais variações observadas nos saldos dos estoques refletem ações de redução de capital de giro aliadas a valorização do Real frente ao Dólar norte americano, que passou de R\$ 6,1923 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,5024 em 31 de dezembro de 2025.

iv. Ferramentais de terceiros

Referem-se a ferramentais em produção para atender contratos de fornecimento, onde a construção, em grande parte, é financiada pelos próprios clientes. A variação observada no saldo decorre, do faturamento dos projetos aos clientes atrelada a valorização do Real frente ao Dólar norte americano, que passou de R\$ 6,1923 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,5024 em 31 de dezembro de 2025.

(Em R\$ mil)

	Exercício social findo em		
	2025	Variação	2024
Mercado interno	41.450	-3,4%	42.887
Mercado externo	190.256	-24,5%	251.857
Ferramentais	231.706	-21,4%	294.744

v. Demais tributos a recuperar

Consolidado

	dez/25			dez/24		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a recuperar - SP	29.232	1.102	30.334	80.011	23.232	103.243
ICMS a recuperar - SC	7.366	4.254	11.620	8.948	5.662	14.610
ICMS a recuperar - MG	829	9.428	10.257	2.457	3.259	5.716
Benefício Reintegra	733	-	733	897	-	897
COFINS, PIS e IPI a recuperar	48.569	6.777	55.346	120.540	15.026	135.566
Imposto sobre valor agregado - IVA	132.274	-	132.274	150.266	-	150.266
	219.003	21.561	240.564	363.119	47.179	410.298

- ICMS a recuperar: São créditos decorrentes de compras de matérias-primas utilizadas no processo de manufatura de produtos exportados e de compras de ativos imobilizados, estes realizáveis em 48 parcelas conforme a legislação estadual aplicável. Referido crédito vem sendo realizado mensalmente mediante transferências para terceiros.
- COFINS, PIS e IPI a recuperar: São créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados no processo produtivo e são compensados com os tributos incidentes na venda de mercadorias e para compensação de outros tributos federais para a parcela de origem proporcional às receitas de exportação. Para os créditos de origem proporcional às receitas do mercado interno a utilização se dá pela compensação em conta gráfica. A variação observada em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2024 decorre da utilização para compensação de tributos federais.
- Imposto sobre o valor agregado – IVA: São créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados no processo produtivo das controladas no exterior. Referidos créditos são reembolsados regularmente pelas respectivas autoridades fiscais. A redução observada em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2024 decorre, majoritariamente, do ressarcimento de valores pelo fisco e de compensações de IVA a pagar com os saldos a recuperar.

vi. Impostos de renda e contribuição social a recuperar

O acréscimo identificado em relação a 2024 na Controladora referem-se a impostos pagos por estimativa, retenções na fonte sobre os juros sobre o capital próprio e sobre o rendimento de aplicações financeiras. Nas subsidiárias decorre, substancialmente, de antecipações de impostos realizadas pela Tupy México Saltillo, S.A. de C.V.; e impostos pagos por estimativa, retenções na fonte sobre o rendimento de aplicações financeiras da MWM Tupy do Brasil Ltda., nos montantes de R\$ 43,5 milhões e R\$ 33,4 milhões respectivamente.

	dez/25			dez/24		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Controladora	72.981	46.193	119.174	57.118	27.485	84.603
Imposto de renda	64.818	32.735	97.553	57.118	11.490	68.608
Contribuição social	8.163	13.458	21.621	-	15.995	15.995
Controladas	81.462	97	81.559	112.839	15.920	128.759
Imposto de renda	81.462	97	81.559	112.052	15.920	127.972
Consolidado	154.443	46.290	200.733	169.957	43.405	213.362

vii. Imobilizado

Consolidado

	dez/24	Adição	Baixa	Impairment	Deprec./Amort.	V.Cambial	dez/25
Ativo imobilizado	2.940.751	461.410	(28.983)	(324.791)	(359.020)	(164.210)	2.525.157
Máquinas, instalações e equipamentos	1.249.762	327.427	(14.351)	(208.472)	(254.864)	(82.541)	1.016.961
Edificações	638.824	32.150	(275)	(60.411)	(50.350)	(28.773)	531.165
Terrenos	370.293	-	-	-	-	(10.186)	360.107
Veículos	22.388	4.158	(33)	(2.036)	(4.170)	(123)	20.184
Móveis, utensílios e outros	27.267	9.269	(748)	(10.252)	(8.912)	(416)	16.208
Depreciação Direito Uso Bens	54.186	43.422	(13.576)	(6.564)	(40.724)	(5.683)	31.061
Imobilizações em andamento	578.031	44.984	-	(37.056)	-	(36.488)	549.471

Em 2025, o imobilizado apresentou redução líquido de 14,1% sendo as principais variações:

- Adições: +R\$ 461,4 milhões;
- Depreciação: -R\$ 359,0 milhões;
- *Impairment*: -R\$ 324,8 milhões; e,
- Variação cambial: -R\$ 164,2 milhões.

Reconhecimento do *impairment* de ativos não financeiros - Com o aumento da capacidade produtiva global da Companhia, após recentes aquisições, estudos foram realizados para a realocação de produtos e a descontinuação de ativos menos eficientes. Neste contexto, uma das plantas localizadas no México foi identificada a ter produtos realocados e sua capacidade de operação, a partir de 2025, foi reduzida, passando a operar com capacidade ociosa. Desta forma, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou teste de *impairment* para avaliar a capacidade de realização de seus ativos fixos, na nova configuração de utilização da capacidade, tendo como resultado identificado ajuste da ordem de R\$ 219,6 milhões (nota 13b das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024).

Fatores geopolíticos, com reflexos na estratégia dos clientes levaram a Companhia, a partir do segundo trimestre de 2025, a promover alterações significativas nesse processo, incluindo o redirecionamento do projeto originalmente previsto e o início de um novo plano de adequação de capacidade a partir do Brasil.

Neste contexto, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou teste de *impairment* em uma das plantas localizadas no Brasil. Como resultado do teste, foi identificado necessidade de ajuste da ordem de R\$ 324, 8 milhões. Referido valor foi reconhecido na demonstração do resultado do exercício de 2025, dentro da linha "outras despesas operacionais". A avaliação abrange todos os ativos operacionais da planta e as projeções evidenciam deterioração da capacidade de recuperação econômica.

viii. Intangível

O saldo de intangível em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 137,4 milhões frente R\$ 137,5 milhões de 31 de dezembro de 2024 e composto por licenças de Software, ágio (*goodwill*) e a marca MWM.

Em 31 de dezembro de 2024, alinhado com as premissas que resultaram na provisão de *impairment* do ativo imobilizado, a Companhia reverteu ágio no montante de R\$ 30,5 milhões que havia sido reconhecido por ocasião da combinação de negócios ocorrida e 16 de abril de 2012.

O quadro abaixo demonstra as principais contas do passivo e patrimônio líquido da Companhia, bem como as respectivas variações:

PASSIVO (Em R\$ mil)	2025	AV	Variação	2024	AV
Circulante					
Fornecedores	1.137.117	12,1%	-23,3%	1.482.620	12,9%
Obrigações de combinação de negócios	19.485	0,2%	-43,2%	34.311	0,3%
Financiamentos e empréstimos	104.680	1,1%	-81,3%	558.558	4,9%
Debêntures	108.076	1,2%	35,8%	79.565	0,7%
Instrumentos financeiros derivativos	1.830	0,0%	-91,7%	22.073	0,2%
Tributos a pagar	124.704	1,3%	9,1%	114.298	1,0%
Salários, encargos sociais e participações	308.905	3,3%	-15,6%	366.056	3,2%
Adiantamentos de clientes	370.365	3,9%	17,0%	316.654	2,8%
Dividendos e juros sobre capital próprio	335	0,0%	-99,8%	190.263	1,7%
Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas	78.402	0,8%	19,5%	65.603	0,6%
Títulos a pagar e outros	224.916	2,4%	39,8%	160.938	1,4%
	2.478.815	26,4%	-26,9%	3.390.939	29,5%
Não Circulante					
Financiamentos e empréstimos	2.387.954	25,4%	-9,5%	2.639.497	22,9%
Debêntures	1.494.006	15,9%	0,1%	1.492.692	13,0%
Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas	321.723	3,4%	-1,5%	326.586	2,8%
Obrigações de combinação de negócios	36.693	0,4%	89,3%	19.384	0,2%
Obrigações de benefícios de aposentadoria	120.418	1,3%	18,1%	101.929	0,9%
Outros passivos de longo prazo	38.656	0,4%	-4,5%	40.489	0,4%
	4.399.450	46,8%	-4,8%	4.620.577	40,1%
Patrimônio Líquido					
Capital social	1.433.652	15,3%	0,0%	1.433.652	12,5%
Gastos com emissão de ações	(6.541)	-0,1%	0,0%	(6.541)	-0,1%
Remuneração baseada em ações	13.185	0,1%	-5,6%	13.972	0,1%
(-) Ações em tesouraria	(30.138)	-0,3%	-78,8%	(141.916)	-1,2%
Ajuste de avaliação patrimonial	936.649	10,0%	-16,6%	1.123.113	9,8%
Reservas de lucros	156.535	1,7%	-85,4%	1.069.300	9,3%
Participação não controladores	10.034	0,1%	29,2%	7.767	0,1%
	2.513.376	26,8%	-28,2%	3.499.347	30,4%
	9.391.641	100,0%	-18,4%	11.510.863	100,0%

i. Fornecedores

O saldo de fornecedores passou de R\$ 1.482,6 milhões em 2024 para R\$1.137,1 milhões no exercício atual.

Exercício social findo em			
	2025	Variação	2024
Mercado Interno	598.809	-19,9%	747.223
Mercado Externo	383.167	-31,8%	562.232
Subtotal	981.976	-25,0%	1.309.455
Operações de risco sacado	155.141	-10,4%	173.165
Total	1.137.117	-23,3%	1.482.620

A variação no saldo de fornecedores reflete, principalmente, a estratégia da Companhia na adequação dos volumes e redução de estoques, aliado a valorização do Real frente ao Dólar norte americano que passou de R\$ 6,1923 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,5024 em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia possui contratos firmados com as instituições financeiras para estruturar, com os seus principais fornecedores, operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para as instituições financeiras, que, por sua vez, se tornam credores da operação. Considerando que não há encargos financeiros, garantia concedida, que os prazos não alteram significativamente e tratar-se de operações de suprimento de bens e serviços, a Companhia reconhece os respectivos passivos financeiros oriundos destas transações na rubrica de Fornecedores.

ii. Financiamentos e Empréstimos (PC e PNC)

As principais variações ocorridas durante o exercício de 2025, foram (i) captações no montante de R\$ 27,8 milhões; (ii) pagamento de financiamentos e empréstimos de R\$ 379,0 milhões; (iii) impactos de variação cambial de R\$ 261,1 milhões.

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em		
	2025	Variação	2024
Senior Unsecured Notes - US\$375.000	2.087.244	-11,1%	2.346.908
Financiadora de estudos e projetos – FINEP	89.615	36,2%	65.782
Arrendamentos Direito Uso de Ativos	39.142	-31,0%	56.734
Finame (PSI)	-	-100,0%	36
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC	-	-100,0%	423.813
BNDES - Exim	276.633	-9,2%	304.782
Financiamento e empréstimos	2.492.634	-22,1%	3.198.055

iii. Debêntures (PC e PNC)

As variações ocorridas durante o exercício de 2025, foram redução pelo (i) pagamento de juros R\$ 195,4 milhões; acrescido de (ii) provisões de juros R\$ 223,9 milhões e (iii) amortização de custos no montante de R\$ 1,3 milhão.

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em		
	2025	Variação	2024
Curto prazo	108.076	35,8%	79.565
Longo prazo	1.494.006	0,1%	1.492.692
Debêntures	1.602.082	1,9%	1.572.257

iv. Obrigações de combinação de negócios (PC e PNC)

A aquisição da MWM Tupy do Brasil Ltda (“MWM”) gerou contas a pagar para a controladora anterior, Navistar International Corporation, conforme segue:

(Em R\$ mil)

	Exercício social findo em		
	2025	Variação	2024
Impostos a recuperar	53	-99,9%	40.946
Imposto de renda diferido	70.755	-12,1%	80.450
Ressarcimento CSLL	(14.630)	-78,4%	(67.701)
Obrigações combinação negócios	56.178	4,6%	53.695

Parcela circulante	19.485	-43,2%	34.311
Parcela não circulante	36.693	89,3%	19.384
	56.178	4,6%	53.695

- Impostos a recuperar: são créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo, para os quais, à medida que forem realizados pela MWM, serão pagos pela Tupy S.A. ao controlador anterior, líquido dos impactos tributários. Do montante original, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve o pagamento de R\$ 100,3 milhões.
- Imposto de renda diferido: são créditos de imposto de renda sobre prejuízos fiscais para os quais, à medida que forem realizados pela MWM, serão pagos pela Tupy S.A. ao controlador anterior. Do montante original, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve o pagamento de R\$ 48,4 milhões.
- Ressarcimento dívida CSLL: corresponde à potencial contingência de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, em função da não tributação das receitas de exportação da MWM no período de 01 de janeiro de 2018 a 30 de novembro de 2022. Parte da contingência, no montante de R\$ 46,9 milhões se converteu em dívida da MWM, sendo de inteira responsabilidade do controlador anterior, que tem reembolsado à Tupy S.A. pelo valor total desembolsado. Em 30 de novembro de 2025 parte da contingência tributária da MWM, no montante de R\$ 46,5 milhões, mudou a probabilidade para possível, sendo baixada da obrigação da vendedora, em conformidade com as condições previstas no instrumento contratual firmado entre as partes. Referido ajuste impactou em redução de provisão de contingência. Da dívida original, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a vendedora reembolsou R\$ 24,8 milhões.

v. Adiantamento de clientes

(Em R\$ mil)

	Exercício social findo em		
	dez/25	Variação	dez/24
Ferramentais	255.986	10,6%	231.447
Capital de giro	114.379	34,2%	85.207
	370.365	17,0%	316.654

Referem-se a adiantamentos de recursos para a construção de ferramentais de clientes que serão utilizados no processo produtivo e por adiantamento de capital de giro do contrato de manufatura de motores da subsidiária MWM Tupy do Brasil Ltda.

vi. Dividendos e juros sobre capital próprio

Durante o exercício de 2025, a Controladora não destinou juros sobre capital próprio e dividendos propostos.

vii. Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas (PC e PNC)

O saldo de provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas apresentou durante o ano de 2025 movimentação líquida de R\$ 7,9 milhões.

Consolidado						
	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Previdenciárias	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	86.301	221.155	100.469	13.339	(29.075)	392.189
Combinação de negócios	-	(46.496)	-	-	-	(46.496)
Adições	4.473	48.620	81	-	(19.200)	33.974
Atualização	5.245	6.275	49.108	834	-	61.462
Reversão	-	(9.035)	-	-	-	(9.035)
Remuneração	-	-	-	-	(175)	(175)
Pagamentos	(1.848)	(1)	(79.885)	-	-	(81.734)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Resgates	-	-	-	-	17.254	17.254
Saldo em 31 de dezembro de 2025	94.171	220.518	69.773	14.173	(31.196)	367.439
Parcela circulante						78.402
Parcela não circulante						321.723
						400.125

As contingências passivas cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, nos termos da avaliação da Administração em conjunto com os assessores jurídicos externos da Companhia, são descritas no quadro demonstrativo a seguir:

Consolidado		
	dez/25	dez/24
Processos de IRPJ e CSLL	101.557	97.279
Créditos de PIS, COFINS e IPI	185.952	177.095
Créditos de ICMS	600.010	536.559
Débitos fiscais prescritos	184.265	178.012
Créditos Reintegra	7.356	45.581
Processos de natureza previdenciária	150.669	141.431
Processos de natureza trabalhista	273.871	180.705
Processos de natureza cível e outros	18.879	18.015
	1.522.559	1.374.677

As contingências possíveis de natureza tributária e cíveis da subsidiária MWM, em montante estimado de R\$ 510,8 milhões não estão sendo reportadas no quadro acima considerando que a obrigação da Companhia está limitada a R\$ 50,4 milhões, referido valor foi reconhecido na Controladora. Na hipótese de materialização das contingências na subsidiária, acima do montante provisionado, referido passivo será reembolsado pelo antigo controlador, nos termos do contrato de compra e venda firmado entre a Tupy S.A. e NAVISTAR.

As contingências divulgadas entre os exercícios de 2025 e 2024 são substancialmente as mesmas, de modo que não há novas ações a ensejar divulgação em fichas detalhadas no

item 4.4 deste formulário. As variações decorreram de atualização monetária, principalmente, pela taxa SELIC.

viii. Obrigações de benefícios de aposentadoria

A variação observada no período decorre principalmente da atualização atuarial.

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em		
	2025	Variação	2024
Benefícios de planos previdenciários			
Planos de pensão	15.608	28,1%	12.186
Outros benefícios a empregados			
Benefícios pós emprego	19.017	1,0%	18.824
Prêmio por antiguidade	42.440	23,6%	34.345
Indenização legal	43.353	18,5%	36.574
Obrigações de benefícios de aposentadoria	120.418	18,1%	101.929

Análise dos fluxos de caixa

Análise comparativa dos fluxos de caixa dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

O quadro abaixo apresenta as demonstrações do fluxo de caixa consolidado, bem como as respectivas variações, nos períodos abaixo indicados:

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em		
	2025	Variação	2024
RESUMO DO FLUXO DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.376.203	49,2%	1.593.098
Caixa oriundo das atividades operacionais	915.137	-32,4%	1.353.491
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(482.926)	-24,6%	(640.086)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(885.404)	483,7%	(151.687)
Efeito cambial no caixa do exercício	(69.854)	-131,6%	221.387
Aumento da disponibilidade de caixa	(523.047)	-166,8%	783.105
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.853.156	-22,0%	2.376.203

i. Atividades operacionais

A Companhia gerou em 2025 R\$ 915,1 milhões de caixa a partir das atividades operacionais, frente a R\$ 1.353,5 milhões em 2024, redução de 32%. A comparação anual foi impactada por efeitos não recorrentes, relacionados a recebimentos de clientes, créditos de impostos e ressarcimento de seguros em 2024. A variação é decorrente, principalmente, do menor resultado operacional, mitigado parcialmente pelas ações da gestão sobre o capital de giro. Em 2025, a Companhia efetuou a venda do crédito prêmio de IPI, por meio de cessão de direitos, pelo valor de R\$ 174 milhões.

ii. Atividades de investimentos

Das atividades de investimentos foram aplicados R\$ 482,9 milhões, voltados a novos projetos, ganhos de eficiência, sistemas de informação, segurança e meio ambiente, bem como às atividades de manutenção e sustentação dos negócios. A base de comparação foi afetada, pelo menor volume de pagamentos referentes à combinação de negócios (aquisição da MWM), totalizando R\$ 43,2 milhões em 2025 e R\$ 150,1 milhões em 2024.

iii. Atividades de financiamentos

Em relação às atividades de financiamento, verificou-se consumo de R\$ 885,4 milhões vs. geração de R\$ 151,7 milhões no ano anterior. A variação é decorrente do maior volume de captações realizadas em 2024 (emissão de debêntures e adiantamentos sobre contratos de câmbio).

2.2. Os diretores devem comentar:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da Companhia decorrem de:

Componentes estruturais, contratos de manufatura, energia e descarbonização – Fabricação, sob encomenda, de produtos fundidos e usinados, com elevado conteúdo tecnológico e serviços agregados, para fabricantes mundiais de motores utilizados em automóveis de passeio, veículos comerciais, máquinas de construção, tratores, máquinas agrícolas, geradores de energia, bens de capital em geral e montagem de motores para terceiros. Esse segmento representou 91,4% do total das receitas da Companhia no exercício de 2025.

Distribuição – Distribuição de peças de reposição de fabricação própria e de terceiros, conexões de ferro maleável para a indústria da construção e perfis de ferro fundido para uso diversificado. Esse segmento foi responsável por 8,6% das receitas em 2025.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Análise comparativa entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as receitas reduziram 9,1%, com 4,6% de no mercado interno e, 17,5% no mercado externo, quando comparadas ao ano anterior. As receitas totalizaram R\$ 9,7 bilhões em 2025.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em			
	2025		2024	
	Volumes	Receitas	Volumes	Receitas
Mercado interno	143.325	3.972.079	158.431	4.165.743
Transporte de Carga, Infraestrutura, Agricultura e Geração de Energia	131.858	3.306.168	147.879	3.566.646
Distribuição	11.467	665.911	10.552	599.097
Mercado externo	328.558	5.720.869	366.833	6.499.367
Transporte de Carga, Infraestrutura, Agricultura e Geração de Energia	325.551	5.555.272	360.022	6.298.629
Distribuição	3.007	165.597	6.811	200.738
	471.883	9.692.948	525.264	10.665.110

Considerando as variações de volumes e receitas apresentados acima, verificamos:

Mercado interno:

- Diminuição de 9,5% de volume em 2025 frente ao exercício de 2024.
- Nas receitas, a diminuição apresentada em 2025 foi de 4,6% quando comparado ao exercício anterior.

Mercado externo:

- Em relação ao desempenho dos volumes vendidos para o mercado externo, observou-se diminuição de 10,4% em 2025 frente a 2024.
- Para as receitas do mercado externo em 2025 houve redução de 12,0% quando comparadas as receitas de 2024.

A tabela a seguir demonstra as variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio e alterações de volumes nos períodos abaixo indicados:

Variações da receita operacional	Variações entre os exercícios sociais findos em	
	2025 x 2024	2024 x 2023
Efeito volumes vendidos	(813.392)	(1.736.220)
Efeito preços	(310.070)	653.988
Efeito da taxa de câmbio	151.300	379.152
Total	(972.162)	(703.080)

As variações que trouxeram maiores impactos foram:

Mercado Interno:

- No exercício de 2025 observou-se que os níveis de volume do segmento componentes estruturais, manufatura, energia e descarbonização apresentaram redução de 10,8% quando comparado a 2024.
- No segmento de distribuição o incremento de volume vendido no exercício de 2025 quando comparado a 2024 foi de 8,7%.

Mercado Externo:

Redução no volume de vendas nos segmentos de componentes estruturais, manufatura, energia e descarbonização de 9,6%. No segmento distribuição, houve redução de 55,9%. O resultado do período foi ocasionado pela menor atividade econômica e incertezas decorrentes das eleições nos Estados Unidos, com reflexo na demanda pelos nossos produtos.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

As principais variações do resultado operacional da Companhia atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação de materiais e alterações de volumes em 2025 frente a 2024, foram:

(Em R\$ mil)	2025 x 2024			2024 x 2023		
	Receita Operacional	Custos e Despesas	(1) EBITDA ajustado	Receita Operacional	Custos e Despesas	(1) EBITDA ajustado
Combinação de negócios	-	-	-	-	(41.478)	(41.478)
Efeito volumes	(813.392)	675.372	(138.020)	(1.736.220)	1.322.560	(413.660)
Efeito preços	(310.070)	(424.883)	(734.953)	653.988	466.504	1.120.492
Frete e outros (mix, diluição)	-	112.565	112.565	-	72.550	72.550
Efeito da taxa de câmbio	151.300	41.663	192.963	379.152	(1.022.515)	(643.363)
Outros operacionais	-	(65.522)	(65.522)	-	(65.522)	(65.522)
Total	(972.162)	339.195	(632.967)	(703.080)	732.099	29.019

- Impacto da inflação de materiais e mão de obra;
- Impacto da taxa de câmbio, desfavorável em 2024 e favorável em 2025; e,
- Impactos de Mix e de diluição de custos.

A tabela abaixo demonstra as principais variações no resultado financeiro da Companhia atribuíveis a variações do câmbio, monetárias, de taxas de juros e outras, para os períodos abaixo indicados.

Resultado financeiro	Exercício social findo em		
	2025	Variação	2024
Passivos financeiros ao custo amortizado	(347.924)	-10,3%	(387.681)
Empréstimos	(330.124)	-13,3%	(380.921)
Amortização custo debêntures	(1.599)	-74,8%	(6.350)
Prêmio debêntures	(16.201)	0,0%	-
Títulos a pagar e outros passivos financeiros	-	-100,0%	(410)
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado	(43.116)	-224,1%	34.752
Empréstimos	(5.516)	-93,2%	(81.085)
Operação de swap	(37.600)	-132,5%	115.837
Outras despesas financeiras	(51.507)	7,3%	(48.012)
Total das despesas financeiras	(442.547)	10,4%	(400.941)
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	1.373	-347,8%	(554)
Investimentos em instrumentos patrimoniais	1.373	-347,8%	(554)
Ao custo amortizado	123.332	-12,0%	140.178
Caixa e equivalentes de caixa	123.332	-12,0%	140.178
Créditos tributários e outras receitas financeiras	25.091	101,6%	12.443
Total das receitas financeiras	149.796	-1,5%	152.067
Variações monetárias e cambiais, líquidas			
Variações monetárias e cambiais	(44.796)	-135,3%	126.805
Resultado com operações de hedge	40.687	-122,8%	(178.470)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(4.109)	-92,0%	(51.665)
Resultado financeiro, líquido	(296.860)	-1,2%	(300.539)

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2025 consistiu em despesa de R\$ 296,9 milhões e de R\$ 300,5 milhões em 2024.

O aumento das despesas financeiras ao longo de 2025 deve-se, principalmente, ao aumento das taxas de juros no Brasil e seus efeitos sobre dívidas em moeda local, parcialmente compensado pela redução do endividamento, com a amortização de R\$ 379,0 milhões. O resultado também foi influenciado pelo reconhecimento integral das despesas do *waiver* para flexibilização dos *covenants* das debêntures.

As variações monetárias e cambiais líquidas, no valor de R\$ 4,1 milhões, são decorrentes de (i) resultado de operações de *hedge*, correspondente à receita de R\$ 41,0 milhões, sendo R\$ 25,5 milhões oriundos de marcação a mercado e R\$ 15,5 milhões proveniente do recebimento das operações liquidadas; e (ii) variações negativas nas contas do balanço patrimonial, no valor de R\$ 44,8 milhões

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia com impactos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 acima.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas no relatório do auditor independente em relação às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Diretoria da Companhia concorda com o conteúdo e opinião do parecer dos auditores independentes referentes as respectivas demonstrações financeiras.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorrem introduções ou alienações de segmento operacional no exercício de 2025.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreram eventos ou operações de constituição, aquisição ou alienação de participação societária durante o exercício social de 2025.

c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais ao longo do exercício social de 2025.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis; b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas; c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Exercício social findo em		
Cálculo do EBITDA Ajustado (Em R\$ mil)	2025	2024
Lucro líquido do exercício	(654.552)	82.440
(+) Resultado financeiro líquido	296.860	300.539
(+) Imposto de renda e contribuição social	201.211	176.688
(+) Depreciações e amortizações	381.494	387.098
EBITDA	225.013	946.765
Margem EBITDA - % (1)	2,3%	11,2%
(+) Outras despesas operacionais, líquidas	435.919	347.134
EBITDA Ajustado	660.932	1.293.899
Margem de EBITDA ajustado - % (2)	6,8%	12,1%

(1) Margem EBITDA: é EBITDA dividido pela receita.

(2) Margem EBITDA Ajustado: é EBITDA ajustado dividido pela receita.

O EBITDA é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto sobre a renda e contribuição social e das depreciações e amortizações.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, em razão de não serem consideradas para o seu cálculo despesas e receitas com juros (financeiras), imposto sobre a renda e contribuição social, depreciação e amortização. Cabe ressaltar que tal indicador tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, ou da receita operacional, como um indicador do desempenho operacional, ou alternativo aos fluxos de caixa operacionais, como medida de liquidez ou capacidade de pagamento da dívida da Companhia. A Companhia utiliza como base de divulgação do EBITDA a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil.

O EBITDA não deve ser considerado como recursos disponíveis para dividendos. Assim, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade da Companhia. O EBITDA pode não ser comparável com o de outras empresas que atuam no mesmo setor ou em setores diferentes. Entretanto, a Companhia acredita que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente,

o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

O EBITDA Ajustado é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto sobre a renda e contribuição social, das depreciações e amortizações ajustado pela adição das outras despesas ou redução das outras receitas operacionais líquidas. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado e a definição da Companhia de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquela utilizada por outras sociedades. A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Entretanto, cabe ressaltar que, uma vez que o EBITDA Ajustado não considera certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderia, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA Ajustado apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador financeiro da Companhia.

Exercício social findo em		
Endividamento Líquido (Em R\$ mil)	2025	2024
Financiamento e empréstimos		
Moeda nacional	125.139	92.643
Moeda estrangeira	87.617	545.480
Total do circulante	212.756	638.123
Financiamento e empréstimos		
Moeda nacional	1.583.140	1.562.853
Moeda estrangeira	2.298.820	2.569.336
Total do não circulante	3.881.960	4.132.189
Instrumentos financeiros derivativos a pagar		
Circulante	1.830	22.073
Total dos instrumentos financeiros derivativos a pagar	1.830	22.073
Total do endividamento bancário	4.096.546	4.792.385
(-) Caixa e equivalentes de caixa	1.853.156	2.376.203
(-) Instrumentos financeiros derivativos a receber	31.703	73.825
Total Endividamento Bancário Líquido	2.211.687	2.342.357

Endividamento Líquido representa a totalidade dos financiamentos e empréstimos (inclusos os arrendamentos de direito de uso de ativos e títulos de dívida no mercado de capitais), debêntures e derivativos passivos de curto e longo prazo deduzidos do total de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e derivativos ativos de curto e longo prazo. O Endividamento Líquido não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, tampouco deve ser

considerado isoladamente, ou como um indicador do desempenho operacional, ou alternativo aos fluxos de caixa da Companhia, como medida de liquidez ou capacidade de pagamento da dívida da Companhia. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia. A Companhia acredita que o Endividamento Líquido funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e divulgadas em 19 de março de 2026.

Não houve eventos subsequentes às demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Nos termos do artigo 50, (c), do estatuto social da Companhia, após as deduções previstas no artigo 202 da Lei 6.404/76 do lucro líquido são deduzidos:

- (i) 5% para Reserva Legal (observada a limitação legal); e
- (ii) Reserva para investimentos, é constituída em montante não inferior a 5% do lucro líquido até o limite de 50% do capital social, apurado em cada exercício social e o saldo, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá exceder o valor do capital social, destinada a investimentos de expansão e ao fortalecimento de capital de giro.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Em 26 de junho de 2024 o Conselho de Administração aprovou a Política de Distribuição de Resultados, relacionada à decisão de alocação de capital, prezando pela manutenção dos negócios da Companhia e geração de valor para os acionistas. A declaração de dividendos dependerá de diversos fatores, incluindo os resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras.

Ao Lucro líquido verificado no exercício, após as deduções previstas no art. 189 da Lei das S/A, será dada a seguinte destinação:

(ii) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;

(iii) Distribuição de no mínimo de 30% (trinta por cento), dos quais 25% (vinte e cinco por cento) são referentes aos dividendos e/ou juros sobre capital próprio mínimos obrigatórios, conforme estabelecido no Artigo 202 da Lei das S/A. e no Estatuto Social, e 5% (cinco por cento) referem-se à distribuição adicional.

O pagamento do dividendo adicional previsto não será obrigatório no exercício em que o Conselho de Administração, com base em proposta da Diretoria Executiva, entender ser incompatível com a situação financeira da Companhia. São fatores considerados para verificação da incompatibilidade.

Poderão ser realizadas distribuições adicionais aos 30% caso o Conselho de Administração entender que essas distribuições levarão a uma estrutura de capital mais eficiente e alinhada com os interesses dos acionistas e ao planejamento estratégico da Companhia.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

O Conselho de Administração tem a faculdade de determinar a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, à conta de reservas de lucros ou de lucro apurado em eventual balanço intermediário levantado pela Administração da Companhia para estes fins.

Conforme sua Política de Distribuição de Resultados, a Companhia pagará dividendos e/ou juros sobre capital próprio semestralmente ou em menor período, conforme deliberação do Conselho de Administração, sendo que o pagamento deverá ocorrer em até 60 dias após a respectiva deliberação, observado o que dispõe o §3º do Artigo 205 da Lei das S/A.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

O pagamento de dividendos pela Companhia está restrito ao mínimo legal obrigatório, tendo em vista os covenants de alavancagem, dívida líquida sobre EBITDA Ajustado (12 meses). Os quais são decorrentes das *senior unsecured notes* emitidas em fevereiro 2021 e da 5ª emissão das debentures de julho de 2024.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política de destinação de resultados por meio da qual o Conselho de Administração estabelece diretrizes que deverão suportar a proposta de

distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio. A Administração define o montante de dividendos, considerando oportunidades de projetos estratégicos e condições financeiras que impactem a disponibilidade de caixa. Tais mecanismos são considerados suficientes pela Administração para atribuir a destinação adequada dos resultados.

A referida política foi aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de junho de 2024 e está disponível para consulta no website da Companhia (<https://ri.tupy.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigo-e-politicas/>).

Em função do prejuízo gerado em 2025, não haverá distribuição de dividendos.

Tabela demonstrativa das bases utilizadas para distribuição de dividendos de 2024:

	dez/24	dez/23
Base de cálculo dos dividendos		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Tupy	79.514	508.140
Constituição de reserva legal (5%)	(3.975)	(25.407)
	75.539	482.733
Proposta de distribuição (*)		
Juros sobre o capital próprio bruto	190.000	116.013
Dividendos	-	22.071
	190.000	138.084

(*) Para ações em circulação na data do balanço.

	Ordinárias	
Valores unitários por ação	dez/24	dez/23
Juros sobre o capital próprio bruto	1,39228	0,80465
Dividendos	-	0,15308
Total proposto para distribuição	1,39228	0,95773

Tabela demonstrativa da deliberação e pagamento dos dividendos de 2024:

Data da deliberação	Forma	Valor Bruto	Valor por ação	Valor líquido	Data de pagamento
04.12.24	JSCP	190.000	1,39228	176.612	15.01.25
		190.000		176.612	

O saldo a pagar de R\$ 190,3 milhões, demonstrado no passivo circulante a título de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio, contempla a parcela relativa ao dividendo de R\$ 190,0 milhões, pagos em 15 de janeiro 2025 e saldos de parcelas anteriores (acionistas não identificados).

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iii. contratos de construção não terminada; iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há qualquer transação tal como indicada no enunciado que não se encontre contabilizada no balanço da Companhia.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

O crédito tributário diferido referente a prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, no montante de R\$ 262,1 milhões, não foi reconhecido contabilmente por não atender, no momento, aos critérios de recuperabilidade previstos no CPC 32 / IAS 12. Caso tais créditos venham a ser reconhecidos futuramente, seu registro impactará positivamente o resultado do exercício, por meio da redução da despesa de imposto de renda e contribuição social, sem efeitos sobre receitas operacionais ou despesas financeiras. Não há impacto em caixa no momento do reconhecimento contábil.

b. natureza e o propósito da operação;

Os créditos referem-se a diferenças temporais dedutíveis originadas de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL acumulados pelas controladas. A finalidade desses ativos fiscais diferidos é permitir, quando atendidos os critérios de recuperabilidade, a compensação futura com lucros tributáveis, reduzindo o valor de tributos a pagar nos exercícios subsequentes.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há obrigações assumidas pela Companhia ou por suas controladas relacionadas a esses créditos tributários. O direito permanece condicionado à capacidade de realização futura desses créditos.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em Andamento:

O total de adições ao imobilizado e intangível em 2025 totalizou R\$ 445,7 milhões, 5,0% inferior ao realizado no exercício de 2024.

(Em R\$ mil)

Adições no ativo imobilizado	2025	Varição	2024
Ativo imobilizado			
Investimentos estratégicos (em expansão)	161.937	-17,1%	195.242
Sustentação e modernização da capacidade operacional	235.271	17,5%	200.294
Meio Ambiente	12.253	-60,2%	30.812
Juros e encargos financeiros	8.527	-51,8%	17.704
	417.988	-5,9%	444.052
Ativo intangível			
Investimentos estratégicos (em expansão)	27.749	10,9%	25.025
	445.737	-5,0%	469.077

A Companhia realizou transações que não impactaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa. Os montantes destas transações somaram R\$ 30,8 milhões em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia possui compromissos para aquisição de ativos de longa duração relacionados ao seu processo produtivo, contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos, no montante consolidado de R\$ 85,9 milhões os quais serão liquidados com recursos próprios.

Previstos:

O orçamento de investimentos da Companhia para o ano de 2026 é de R\$ 531,6 milhões, conforme detalhado no quadro a seguir.

(Em R\$ mil)

Adições no ativo imobilizado	2026
Ativo imobilizado	
Em expansão	273.000
Sustentação e modernização da capacidade operacional	226.000
Meio Ambiente	26.800
Ativo intangível	
Software	5.800
	531.600

Dentre os investimentos previstos no quadro anterior, a Companhia destaca:

- **Expansão** – vários projetos de fundição e em usinagem, nas plantas da Companhia.
- **Sustentação e modernização da capacidade operacional** – investimentos em renovação de máquinas e equipamentos, segurança do trabalho e infraestrutura.
- **Meio ambiente** – investimentos no aterro industrial da planta de Joinville, em controle da qualidade do ar e sistema de exaustão abrangendo todas as unidades da Companhia
- **Software** – Melhorias em sistemas de TI.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de recursos consideradas no orçamento financeiro da Companhia para 2026 são próprias.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve aquisições de plantas ou de equipamentos que impactaram materialmente a capacidade produtiva da Companhia em 2025.

c. novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. projetos em desenvolvimento já divulgados; iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Tupy tem a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) como um diferencial competitivo. Para isso, atuamos nas seguintes dimensões:

O nosso conjunto de conhecimentos, habilidades e experiências dos colaboradores é materializado em iniciativas e projetos que endereçam geração de valor nos curto e médio prazos e novas rotas de crescimento no longo prazo. Mapeamos e acompanhamos esse portfólio por meio dos horizontes de inovação. Para isso, contamos com um time de 4.000 técnicos e engenheiros, e parcerias com empresas, universidades e institutos tecnológicos. Estamos também em articulação com entidades que promovem discussões técnicas para contribuir com respostas aos desafios dos nossos setores de atuação.

No último triênio, investimentos R\$ 179 milhões em Pesquisa & Desenvolvimento.

A Companhia possui diversos projetos de Pesquisa & Desenvolvimento com diferentes níveis de maturidade tecnológica (TRL, na sigla em inglês). O TRL é uma escala, dividida em nove etapas, que possibilita ordenar as novas tecnologias para desenvolver uma

padronização de entregas que indique, com evidências objetivas, quão prontas estão para a aplicação final.

Entre as iniciativas anunciadas em 2024, destacam-se novos projetos de bioplantas e o início da construção da planta piloto de reciclagem de baterias.

Informações sobre esses e outros projetos de Pesquisa & Desenvolvimento podem ser acessadas no site de Relações com Investidores da Companhia: <https://ri.tupy.com.br/sustentabilidade/relatorios-e-planilhas/>

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Tupy ampliou a sua atuação, oferecendo soluções completas, customizáveis e viáveis de descarbonização. Do total de investimentos realizados nos últimos 3 anos, 61% estão relacionados a iniciativas de sustentabilidade.

Contamos com o maior polo de pesquisa e desenvolvimento de motores a biocombustíveis da América Latina. A estrutura desse centro tecnológico conta com bancos de dinamômetro, laboratórios de eletrônica e instrumentação, câmara fria e outras instalações para suportar todas as fases de projeto e produção. Reunimos iniciativas já em fase de aplicação prática, como geração de energia, transporte e irrigação por meio de resíduos de agricultura e pecuária. Outras soluções se encontram em fase de desenvolvimento, como biofertilizantes e tecnologias baseadas em etanol e hidrogênio.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem itens não registrados nas demonstrações financeiras da Companhia.

* * *

ANEXO IV

Informações sobre candidatos indicados para o Conselho Fiscal

(itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme RCV 80/2022)

MEMBROS TITULARES

ANEXO C			
Conteúdo do Formulário de Referência RCV 80/2022			
7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:			
a. nome	Joao Augusto Monteiro	Wagner Aparecido Mardegan	Tiago Cesar dos Santos
b. data de nascimento	01/05/1947	30/01/1965	10/03/1978
c. profissão	Engenheiro Mecânico	Consultor de Empresas	Administrador
d. CPF ou número do passaporte	553.256.028-53	063.480.208-94	943.442.645-68
e. cargo eletivo ocupado	Candidato a membro titular do Conselho Fiscal	Candidato a membro titular do Conselho Fiscal	Candidato a membro titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	-	-	-
g. data da posse	-	-	-
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2027	Até a AGO de 2027	Até a AGO de 2027
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Não	Não	Não
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	30/04/2008	Não se aplica	13/02/2026
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii)	Sócio-Diretor da Athena Consultoria Empresarial desde 2002 e Conselheiro Titular do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Brasília (CEB); (i) Membro titular do Conselho Fiscal da Tupy	Membro do Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Compliance e Controles Internos da Hapvida desde abr/21; Membro do Conselho de Administração da 521 Participações desde abr/23; Sócio na Green Plate Participações Ltda	Atualmente, ocupa o cargo de Secretário Executivo da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM e é Sócio-Administrador da Cura e Cultura Consultoria em Gestão Organizacional. Foi

sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	desde 2008; (ii) Não se aplica.	desde out/23; e Diretor de Operações na Original Hub Ltda. até set/23. (i) e (ii) Não se aplicam.	sócio-administrador da Mantra, atuando com planejamento estratégico e marketing. (i) Membro titular do Conselho Fiscal da Tupy desde fev/2026; (ii) Não se aplica.
m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:			
i. condenação criminal	Não	Não	Não
ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	Não	Não	Não
iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	Não	Não
7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:			
a. administradores do emissor	Não	Não	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não	Não	Não

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não	Não	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não	Não	Não
7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:			
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social	Não	Não	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não	Não	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não	Não	Não

MEMBROS SUPLENTE

ANEXO C			
Conteúdo do Formulário de Referência RCV 80/2022			
7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:			
a. nome	Maria Elvira Lopes Gimenez	Ana Cristina Ribeiro Kattar	Marcos Alberto Pereira Motta
b. data de nascimento	18/05/1970	24/08/1979	19/04/1971
c. profissão	Economista	Administradora	Engenheiro Civil
d. CPF ou número do passaporte	136.012.018-10	278.756.388-02	008.528.317-73
e. cargo eletivo ocupado	Candidato a membro suplente do Conselho Fiscal	Candidato a membro suplente do Conselho Fiscal	Candidato a membro suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	-	-	-
g. data da posse	-	-	-
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2027	Até a AGO de 2027	Até a AGO de 2027
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Não	Não	Não
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	28/04/2023	Não se aplica	Não se aplica
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou	03/2013 a 09/2019 - Solução Governança Corporativa E Consultoria Ltda - Jorge Lepeltier Consultores Associados. Conselhos Fiscais (exercícios atuais São Martinho SA, WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos SA, Bicletas Monark SA, Rossi Residencial SA, Minupar Participações SA, Terra Santa Propriedades Agrícolas SA, Pettenati Indústria Têxtil SA,	Atuou nos últimos 5 anos como líder de unidade de negócios de farmacêuticas multinacionais como Sanofi e GSK, reportando diretamente para os CEOs no Brasil, voluntária como diretoria executiva do Planejar, fundo de pensão da Sanofi no país, consultora e atualmente atua como diretora de marketing global da Knight	Entrou no BNDES em 2003, atuou no Departamento de Desenvolvimento Urbano, Departamento de infraestrutura e logística, Diretoria e Gerente do Departamento de exportação de serviços, sempre atuando na área de infraestrutura em todos os departamentos. Atuou ainda como assessor da Diretoria onde tinha como foco as pautas ligadas a infraestrutura, mercado de capitais e comércio

espécie de valor mobiliário do emissor.	Companhia de Ferro Ligas da Bahia, Kepler Weber SA, Creditaqui Financeira SA, Irani Papel e Embalagem SA, Whirlpool SA, Tronox Pigmentos do Brasil SA, Mahle Metal Leve SA, Tupy SA, Paranapanema SA, Santa Maria Participações SA, Empresa Luz e Força Santa Maria SA e vários outros. (i) e (ii) Não se aplicam.	Therapeutics. (i) e (ii) Não se aplicam.	exterior. Atualmente é assessor da presidência do BNDES atuando no assessoramento direto do presidente e coordenação de projetos estratégicos. (i) Atuou como membro do Conselho Fiscal de outubro a novembro/2023; (ii) Não se aplica.
m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:			
i. condenação criminal	Não	Não	Não
ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	Não	Não	Não
iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	Não	Não
7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:			
a. administradores do emissor	Não	Não	Não

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não	Não	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não	Não	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não	Não	Não
7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:			
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social	Não	Não	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não	Não	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não	Não	Não

* * *

ANEXO V

Informações sobre a Remuneração anual dos Administradores e do Conselho Fiscal

(item 8 do Formulário de Referência, conforme RCVN nº 80/2022)

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Comitês de Assessoramento ao Conselho De Administração da Companhia (“Política de Remuneração”), aprovada pelo Conselho de Administração, tem como objetivo estabelecer diretrizes para definição da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e Comitês não Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração, de forma compatível com as funções e os riscos inerentes de cada cargo, visando manter a competitividade do pacote de remuneração total, administração dos custos, atração, retenção, motivação e reconhecimento ao desempenho e potencial, suportando assim o alinhamento de seus interesses com os interesses de longo prazo da Companhia.

A Política de Remuneração encontra-se disponível para consulta por meio do site de Relações com Investidores da Companhia (www.tupy.com.br/ri) e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

Nos termos do art. 162, parágrafo terceiro³, da Lei das S/A, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral respeitando-se a remuneração não inferior a 10% (dez por cento) para cada membro, sobre a que, em média, for atribuída a cada Diretor Estatutário da Companhia, não computando benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

³ Art. 162. Somente podem ser eleitos para o conselho fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal.

[...] § 3º **A remuneração dos membros do conselho fiscal**, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela assembleia-geral que os elege, e **não poderá ser inferior**, para cada membro em exercício, **a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor**, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Desde o exercício de 2020 a Administração da Companhia propõe à Assembleia Geral que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal seja a mesma remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário.

(b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Os órgãos que participam do processo de avaliação e decisão em relação à individualização da remuneração da administração são o Comitê de Pessoas, Cultura e Governança e o Conselho de Administração, que atuam na revisão, recomendação e aprovação da remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

O estudo de revisão é embasado em pesquisas de mercado nacional conduzidas por consultorias especializadas e de notória aceitação no mercado, utilizando informações estatísticas de mercado e metodologia de comparação, analisadas pela área de Recursos Humanos e submetidas aos comitês de assessoramento do Conselho de Administração. A remuneração do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento é realizada pela Korn Ferry, enquanto a remuneração da Diretoria é feita pela Willis Towers Watson - WTW. Além disso, a remuneração individual tem também como componente de definição avaliação de desempenho dos executivos, realizada anualmente.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A política de remuneração dos administradores é atualizada, revisada e/ou alterada sempre que o Conselho de Administração entender necessário ou em decorrência de alterações regulatórias. A Diretoria de Recursos Humanos da Companhia realiza revisão técnica a cada três anos e, havendo necessidade, submete para apreciação do Conselho de Administração.

(c) Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos diversos elementos que compõe a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles

A remuneração do Conselho Administração, da Diretoria Estatutária, do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e Conselho Fiscal é definida de modo a estar alinhada aos objetivos estratégicos da Companhia, com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo, e é proporcional às atribuições, responsabilidades e demanda de tempo.

A remuneração dos órgãos, conforme submetida à aprovação dos acionistas, é composta pelos seguintes elementos:

DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DIRETORIA NÃO ESTATUTÁRIA

REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL

Salário ou pró-labore	Remuneração mensal, com base em pesquisa de mercado
Benefícios direto e indireto	Componentes indiretos da remuneração, conforme práticas observadas em pesquisa de mercado

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

Bônus	Remuneração variável de curto prazo (PRV): com base em metas corporativas e individuais estabelecidas anualmente pelo Conselho de Administração com base em proposta apresentada pela Diretoria Estatutária
Baseada em ações	Remuneração variável longo prazo: Plano de Incentivos de Longo Prazo da Tupy S.A. aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2022 (Plano de ILP 2022), conforme descrito no item 8.4
Outros	O Conselho de Administração pode utilizar ferramentas e instrumentos adicionais de remuneração formalmente aprovados pelo próprio órgão, para realizar atração, gestão, retenção ou reconhecimento dos Diretores Estatutários e/ou Não Estatutários, caso entenda necessário: i. Atração e Retenção: deverá estar atrelado a obrigações condicionais de permanência do executivo na Companhia. Ex: <i>Signing Bonus</i> , Bônus de Retenção, Concessão de Ações, entre outros. ii. Mobilidade: concessão de pagamentos e/ou benefícios vinculados a contratação ou transferência do executivo entre unidades corporativas de diferentes países.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL

Salário ou pró-labore	Remuneração mensal, com base em pesquisa de mercado. Tendo em vista possuir atribuições específicas, a remuneração fixa mensal do Presidente do Conselho de Administração poderá ser maior do que a remuneração fixa mensal dos demais membros.
Benefícios direto e indireto	Seguro de vida coletiva e reembolso de custos necessários para o desempenho de suas funções
Participações em comitês	O Conselheiro receberá apenas um adicional em caso de participação em um ou mais Comitês, sendo Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, Comitê de Pessoas, Cultura e Governança, Comitê de Estratégia, Inovação e Sustentabilidade e/ou Comitê de Finanças e Investimentos.

A remuneração do Conselho Fiscal é composta exclusivamente de remuneração fixa mensal.

- **Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A política de remuneração se baseia no desempenho e sustentabilidade financeira, bem como na promoção da retenção e motivação dos administradores, tanto no curto, quanto no médio e longo prazo. Dessa forma, a política de remuneração é estruturada para assegurar o alinhamento entre os interesses dos executivos aos dos acionistas. Além da remuneração fixa concedida aos administradores, a Companhia conta também com programas de remuneração variável e remuneração baseada em ações para a Diretoria Estatutária, de forma a criar mecanismos de retenção e motivação a tais administradores em consonância com a performance, reafirmando o compartilhamento do risco e dos resultados com os administradores e funcionários. A política de remuneração variável se alinha aos interesses da Companhia ao fazê-la dependente de indicadores balanceados vinculados à estratégia de negócios definida pelos acionistas.

- **Sua proporção na remuneração total nos últimos 3 exercícios sociais**

Componente	Conselho Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal			Comitê de Auditoria Estatutário			Comitês de Assessoramento			Diretoria Não-Estatutária		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025	2023	2024	2025	2023	2024	2025	2023	2024	2025	2023	2024	2025
Remuneração fixa anual	86%	100%	100%	30%	46%	33%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	61%	76%	77%
Remuneração variável	-	-	-	29%	28%	29%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28%	16%	17%
Pós-emprego	-	-	-	3%	2%	2%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	2%	-	21%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baseada em ações	14%	-	-	36%	24%	15%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11%	8%	6%

- **Sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Como parâmetro para definição da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária, é considerado o princípio da equidade, bem como os critérios fixados no art. 152⁴ da Lei das S/A: (i) valor dos serviços dos profissionais no mercado; (ii) responsabilidades; (iii) tempo dedicado aos cargos, (iv) competência e reputação do profissional, considerando ainda a equidade externa baseada em pesquisa de mercado realizada por empresa de consultoria especializada com experiência comprovada, e a equidade interna considerando os pesos relativos entre as funções.

A pesquisa de mercado tem como referência empresas que possuam os seguintes critérios, não exaustivamente e não necessariamente em conjunto, similares aos da Companhia: porte, mercado de atuação, posição geográfica e competitividade na atração e retenção de executivos.

A definição da remuneração variável dos membros da Diretoria Estatutária é vinculada a resultados, com metas de médio e longo prazo relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a Companhia no longo prazo e a estrutura de incentivos é alinhada aos limites de risco definidos pelo Conselho de Administração.

⁴ Art. 152. A assembleia-geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, **tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.**

A definição da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Risco Estatutários e Comitês não Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração considerará pesquisa de mercado realizada por empresa de consultoria especializada com experiência comprovada e tem como referência grupo de empresas que possuam os seguintes critérios, não exaustivamente e não necessariamente em conjunto, similares aos da Companhia: porte, estrutura de governança e mercado de atuação.

A pesquisa de mercado utilizada como parâmetro para definição da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Risco Estatutários e Comitês não Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração é atualizada anualmente.

• **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Para o salário base, consideram-se indicadores de mercado, diretriz interna de posicionamento de mercado e desempenho do executivo. Já para a remuneração variável de curto prazo, consideram-se indicadores de consecução de metas estratégicas com dimensões em resultado econômico (como por exemplo EBITDA, Lucro Líquido, NOPAT e Ciclo de Conversão de Caixa), processos críticos (por exemplo, indicadores de produtividade e qualidade) e desempenho individual.

No que diz respeito ao “Plano de ILP 2022”, ocorrem concessões anuais, de forma discricionária pelo Conselho de Administração da Companhia e a remuneração é diretamente impactada pelo aumento (ou redução) da cotação de mercado das ações de nossa emissão.

ii. Razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo à melhoria da gestão e à permanência dos executivos da Companhia. A composição da remuneração da Diretoria Estatutária busca associar elementos fixos e variáveis diretamente relacionados aos resultados e planejamento estratégico da Companhia, observada a realização de objetivos específicos e admitindo-se que a maior responsabilidade corresponda à maior proporção da remuneração em risco, conforme as melhores práticas de remuneração do mercado.

Adicionalmente, a implementação da prática de remuneração baseada em ações (ILP) tem como finalidade alinhar a remuneração dos nossos executivos aos mesmos objetivos dos acionistas, às práticas de mercado, reter talentos e permitir o compartilhamento do risco e de nosso resultado, características de uma política transparente e voltada para o alcance de resultados duradouros, que viabilizem a nossa perpetuidade, bem como a criação de valor refletida na cotação de mercado de nossas ações.

iii. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros não remunerados.

(d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, uma vez que não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

(e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Nos termos do Contrato de Prestação de Serviços para o Exercício de Funções Estatutárias firmado entre a Companhia e seus Diretores Estatutários (Contrato), cujo teor foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, a Transferência do Controle Societário (conforme hipóteses definidas pelo art. 254-A⁵ da Lei), entre outros elementos, é considerada como hipótese de rescisão do contrato.

Na ocorrência da Transferência do Controle Societário, o Diretor Estatutário se obriga a permanecer no cargo por 6 meses contados da caracterização do fato, a exclusivo critério da Companhia. No termo final deste período, as partes deverão renegociar os termos do Contrato, sendo facultado ao Diretor Estatutário renunciar ao cargo mediante recebimento de indenização calculada de forma proporcional ao tempo de vigência do Contrato, limitada a 100% da remuneração fixa global anual.

Caso o novo acionista controlador venha a optar pela destituição do Diretor Estatutário antes do término do prazo de 6 meses acima referido ou ao final do citado prazo, o referido Diretor Estatutário igualmente fará jus ao recebimento da referida indenização. Caso o Diretor Estatutário renuncie ao seu cargo antes do término do prazo de 6 meses, não será devida a indenização.

Todos os pagamentos estão condicionados à existência do dispêndio dos correspondentes recursos na Verba Global Anual aprovada pela Assembleia Geral.

No que se refere ao “Plano de ILP 2022”, salvo se de outra forma estabelecida pelo Conselho de Administração, eventual modificação ou transferência, direta ou indireta, por meio de operação única ou sucessiva de Controle Acionário não impactará os direitos outorgados no âmbito do Plano. No caso de mudança de Controle Acionário e substituição do Plano, as Concessões já realizadas deverão ser cumpridas integralmente conforme as regras e prazos originais e/ou substituídas por outorgas que confirmam direitos equivalentes aos Participantes.

Ainda no que se refere ao “Plano de ILP 2022”, nos casos de alteração do número, espécie ou classe das Ações em decorrência de grupamento, desdobramento, bonificações de ações, assim como nos casos de conversão de Ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela

⁵ Art. 254-A. A alienação, direta ou indireta, do controle de companhia aberta somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a fazer oferta pública de aquisição das ações com direito a voto de propriedade dos demais acionistas da companhia, de modo a lhes assegurar o preço no mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Companhia, deverão ser efetuados os ajustes necessários no Plano, mediante aprovação da Assembleia Geral, e/ou nas Concessões já realizadas, mediante aprovação do Conselho de Administração, em qualquer caso com o objetivo de evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Participantes. Este Plano não impedirá a realização de qualquer operação de reorganização societária que vier a envolver a Companhia e/ou as sociedades do grupo da Companhia, devendo o Conselho de Administração realizar os ajustes necessários com o objetivo de evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Participantes.

8.2. Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	3,00	17,00
Nº de membros remunerados	9,00	5,00	3,00	17,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.365.600,00	8.537.214,00	648.000,00	13.550.814,00
Benefícios direto e indireto	3.395,04	1.913.611,97	0,00	1.917.007,01
Participações em comitês	1.807.200,00	0,00	0,00	1.807.200,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	12.854.832,00	0,00	12.854.832,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	0,00	610.368,98	0,00	610.368,98
Cessação do cargo	0,00	8.260.709,40	0,00	8.260.709,40
Baseada em ações	0,00	5.278.483,48	0,00	5.278.483,48
Observação	Para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples)			
Total da remuneração	6.176.195,04	37.455.219,83	648.000,00	44.279.414,87

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	7,25	3,00	19,25
Nº de membros remunerados	7,67	7,25	2,33	17,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.773.600,00	10.360.605,00	504.000,00	14.638.205,00
Benefícios direto e indireto	331,00	2.347.533,27	0,00	2.347.864,27
Participações em comitês	1.519.200,00	0,00	0,00	1.519.200,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.690.969,19	0,00	4.690.969,19
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	6.376.179,00	0,00	6.376.179,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Descrição de 'Outros' refere-se a Bônus por Projeto Extraordinário.	-	-
Pós-emprego	0,00	724.227,00	0,00	724.227,00
Cessação do cargo	0,00	7.849.125,80	0,00	7.849.125,80
Baseada em ações	0,00	5.702.251,53	0,00	5.702.251,53
Observação	Para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples)			
Total da remuneração	5.293.131,00	38.050.890,79	504.000,00	43.848.021,79

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N� total de membros	9,00	5,83	3,00	17,83
N� de membros remunerados	9,00	5,83	3,00	17,83
Remuneração fixa anual				
Salário ou pr�-labore	4.280.700,00	8.725.124,83	628.650,00	13.634.474,83
Benefícios direto e indireto	0,00	1.716.373,25	0,00	1.716.373,25
Participações em comitês	1.781.233,33	0,00	0,00	1.781.233,33
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				

Bônus	0,00	4.505.146,48	0,00	4.505.146,48
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.796.760,00	0,00	1.796.760,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Descrição de 'Outros' refere-se a Bônus por Projeto Extraordinário.	-	-
Pós-emprego	0,00	638.812,44	0,00	638.812,44
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	5.403.520,79	0,00	5.403.520,79
Observação	Para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples)			
Total da remuneração	6.061.933,33	22.785.737,79	628.650,00	29.476.321,12

8.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Demonstrativo da remuneração variável dos membros da Diretoria Estatutária.

Anos	2023	2024	2025	Previsto 2026
Número de total de membros:	3,75	5,83	7,25	5,00
Número de membros remunerados:	3,75	5,83	7,25	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Zero	Zero	Zero	Zero
Valor máximo previsto no plano de remuneração:	13.350.212,40	12.912.854,00	15.563.376,75	12.854.832,00

Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas:	7.416.784,67	8.608.569,33	10.375.584,50	8.569.888,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social:	5.076.490,39	4.505.146,48	4.690.969,19	-
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Zero	Zero	Zero	Zero
Valor máximo previsto no plano de remuneração:	Zero	Zero	Zero	Zero
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas:	Zero	Zero	Zero	Zero
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social:	Zero	Zero	Zero	Zero

Não há pagamento de remuneração variável aos integrantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

(a) Termos e condições gerais

Os principais objetivos dos planos de remuneração baseados em ações consistem em: (i) assegurar a competitividade dos níveis de remuneração total praticados; (ii) suportar o alinhamento de interesses entre executivos e acionistas da Companhia; (iii) ampliar os níveis de comprometimento dos executivos com a geração de resultados sustentáveis; (iv) reforçar o poder de retenção dos principais líderes da empresa. Os termos e condições gerais dos Planos que possuem outorgas em curso estão detalhados abaixo: Plano de Incentivos de Longo Prazo da Tupy S.A. ("Plano de ILP 2022").

Plano de ILP 2022

O Conselho de Administração deverá aprovar anualmente, no âmbito do Plano de ILP 2022, as outorgas de Unidades para um determinado ano e deverá observar os limites estabelecidos pelo plano. Abaixo estão os principais termos e condições do programa:

- **Beneficiários:** são elegíveis como Beneficiários os Executivos da Companhia que pertençam ao nível de presidente, vice-presidente, diretor ou gerente, que sejam eleitos no respectivo ano para receberem a outorga pelo Conselho de Administração.
- **Frequência de Concessão:** as Concessões serão realizadas anualmente.
- **Vigência do Plano:** entrará em vigor na data de sua aprovação por Assembleia Geral e permanecerá vigente por cinco ciclos de Concessões referentes aos anos (competência) de 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.
- **Natureza das Unidades:** as Unidades a serem outorgadas aos Participantes em cada Concessão serão divididas entre Unidades de Ações Restritas e Unidades de Ações por Performance. A divisão percentual entre Unidades de Ações Restritas e Unidades de Ações de Performance a serem concedidas a cada Participante será determinada pelo Conselho de Administração a cada Concessão.
- **Unidades de Ações de Performance:** a quantidade de Unidades de Ações de Performance a ser outorgada ao Participante em cada Concessão será definida pelo Conselho de Administração que, para tanto, estabelecerá os conceitos e metodologias que serão utilizados no cálculo. As Unidades estarão sujeitas a Critérios de Performance, que serão definidos pelo Conselho de Administração a cada Concessão.
- **Unidades de Ações Restritas:** a quantidade de Unidades de Ações Restritas a ser outorgada ao Participante em cada Concessão será definida pelo Conselho de Administração que, para tanto, estabelecerá os conceitos e metodologias que serão utilizados no cálculo.
- **Carência:** cada Concessão estará sujeita a um período de Carência integral de 3 anos, ou seja, a totalidade de cada lote será considerada com Carência cumprida, de uma única vez, apenas após o cumprimento pleno do período.
- **Proventos:** As Unidades não farão jus ao recebimento de quaisquer dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos que sejam declarados pela Companhia. Tal direito apenas será aplicável às Ações efetivamente convertidas e transferidas aos Participantes após o cumprimento da Carência, dos Critérios de Performance (quando aplicáveis) e cumprimento dos prazos e trâmites para transferência efetiva de Ações ao Participante.
- **Governança:** o Plano de ILP 2022 será administrado pelo Conselho de Administração, dispondo de amplos poderes dentro de suas competências para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a sua execução.

(b) Data de aprovação e órgão responsável

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o Plano de Incentivos de Longo Prazo da Tupy S.A. (“Plano de ILP 2022”), o qual estabelece as condições gerais para as outorgas de unidades que poderão ser convertidas em ações ordinárias da Tupy aos Diretores Estatutários, Diretores não estatutários e Gerentes (em conjunto, “Beneficiários”).

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela administração do Plano de ILP 2022 e respectivos Programas e concessões e pela aprovação das concessões anuais. As

deliberações que impliquem em alteração do Regulamento do Plano de ILP 2022 deverão ser aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

(c) Número máximo de ações abrangidas

A quantidade máxima de ações que podem ser objeto de outorga, nos termos dos planos, não poderá exceder a 4,0% (quatro por cento) do total das ações emitidas pela Companhia, considerando limite global para os três planos.

(d) Número máximo de opções a serem outorgadas

Não há outorga de opções no âmbito do “Plano de ILP 2022”, mas a entrega de unidades que posteriormente poderão ser convertidas em ações. O número máximo de opções ou unidades a serem outorgadas está limitado ao número máximo de ações abrangidas pelos planos, conforme descrito no item “c” acima.

(e) Condições de aquisição de ações

Cabe ao Conselho de Administração definir os Beneficiários elegíveis ao recebimento da outorga em cada ano. A outorga será realizada mediante a assinatura de termo de adesão por cada Beneficiário eleito, que implicará na aceitação por este de todas as condições dos planos e programas aprovados, por ocasião das outorgas das Unidades.

(f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

No âmbito do “Plano de ILP 2022” não há preço de exercício. Nenhum pagamento é feito pelo Beneficiário, seja para recebimento das unidades ou no momento da sua conversão em ações.

(g) Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

No âmbito do “Plano de ILP 2022” não há prazo de exercício. No entanto, cada Concessão estará sujeita a um período de Carência integral de 3 anos, ou seja, a totalidade de cada lote será considerada com Carência cumprida, de uma única vez, apenas após o cumprimento pleno do período, observado que, se houver restrição de negociação de ações de nossa emissão na data da concessão, esta data será postergada na mesma quantidade de dias em que a restrição vigorou.

(h) Forma de liquidação

No âmbito do “Plano de ILP 2022” a liquidação das Unidades será feita mediante a entrega de Ações em tesouraria. Caso a Companhia não possua Ações em tesouraria suficientes para fazer frente à transferência ao Beneficiário e estiver impedida de negociar ações de sua própria emissão, o Conselho de Administração poderá definir que: (i) o prazo de entrega será estendido pelo tempo em que perdurar tal impedimento; ou (ii) a Companhia efetuará o pagamento ao Beneficiário, em moeda corrente, do montante equivalente ao valor das Unidades convertidas.

(i) Restrições à transferência das ações

No âmbito do “Plano de ILP 2022”, não há período de bloqueios das ações após transferência da propriedade destas ao Beneficiário.

(j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O “Plano de ILP 2022” poderá ser extinto ou alterado pela Assembleia Geral de Acionistas. Na eventualidade de o número, espécie e/ou classe das ações de nossa emissão serem alterados em razão de desdobramentos, bonificações, agrupamentos ou conversões em ações de outros valores mobiliários emitidos pela nossa Companhia, deverão ser efetuados os ajustes necessários nos Planos e Programas já instituídos, com o objetivo de evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Beneficiários.

(k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

No âmbito do “Plano de ILP 2022”, na ocorrência de rescisão por Iniciativa da Companhia sem justa causa, o Beneficiário fará jus ao recebimento parcial das Unidades, da seguinte forma: (i) para as Unidades de Ações Restritas, o Beneficiário fará jus ao recebimento de um número de Ações proporcional ao período de tempo transcorrido entre cada Concessão e a data de desligamento; e (ii) para as Unidades de Ações de Performance, o Beneficiário fará jus ao recebimento de um número de Ações proporcional ao período de tempo transcorrido entre cada Concessão e a data de desligamento após a aplicação de eventual ajuste decorrente dos Critérios de Performance.

Em caso de Desligamento Voluntário ou Desligamento por Justa Causa, todas as Unidades do Beneficiário que não tiverem cumprido o prazo de Carência serão automaticamente extintas e o Beneficiário não fará jus ao recebimento de quaisquer Ações.

Nos casos de falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário Eleito, as Unidades do Participante terão os prazos de *Vesting* antecipados e convertidas em Ações de emissão para transferência ao Beneficiário, seus herdeiros, sucessores e/ou cônjuges meeiros.

No caso de mudança de Controle Acionário e substituição do “Plano de ILP 2022”, as Concessões já realizadas deverão ser cumpridas integralmente conforme as regras e prazos originais e/ou substituídas por outorgas que confirmem direitos equivalentes aos Beneficiários.

8.5 Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Item não aplicável, uma vez que, desde 2018, a Companhia não concede novas opções de ações, e todas as opções anteriormente outorgadas já foram integralmente exercidas ou canceladas.

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Item não aplicável, uma vez que, desde 2018, a Companhia não concede novas opções de ações, e todas as opções anteriormente outorgadas já foram integralmente exercidas ou canceladas.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Item não aplicável, uma vez que, desde 2018, a Companhia não concede novas opções de ações, e todas as opções anteriormente outorgadas já foram integralmente exercidas ou canceladas.

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Item não aplicável, uma vez que, desde 2018, a Companhia não concede novas opções de ações, e todas as opções anteriormente outorgadas já foram integralmente exercidas ou canceladas.

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

DIRETORIA ESTATUTÁRIA				
Remuneração baseada em ações				
Exercício social	2023	2024	2025	2026 ¹
Nº total de membros	3,75	5,83	7,25	5
Nº de membros remunerados	3,75	5,83	7,25	5
Diluição potencial no caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,14%	0,18%	0,36%	-

¹ Outorga 2026 em fase de aprovação.

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

DIRETORIA ESTATUTÁRIA				
Remuneração baseada em ações				
Exercício social	2023	2024	2025	2026 ¹
Nº total de membros	3,75	5,83	7,25	8,00
Nº de membros remunerados	3,75	5,83	7,25	8,00
Data de outorga	Abril/2023	Abril/2024	Abril/2025	Abril/2026
Quantidade de ações outorgadas	198.902	258.747	360.232	-
Prazo máximo para entrega das ações	Abril/2026	Abril/2027	Abril/2028	-
Prazo de restrição à transferência das ações	Data da aquisição	Data da aquisição	Data da aquisição	-
Valor justo das ações na data da outorga	24,97	27,19	19,50	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	4.966.582,94	7.035.330,93	7.024.524,00	-

¹ Outorga 2026 em fase de aprovação.

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

DIRETORIA ESTATUTÁRIA			
Ações entregues			
Exercício social encerrado em	2023	2024	2025
Nº total de membros	3,75	5,83	7,25
Nº de membros remunerados	3,75	5,83	7,25
Número de ações entregues	240.995	107.224	158.026
Preço médio ponderado de aquisição	24,56	28,42	18,20
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	24,56	28,42	18,20

Multiplicação total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
--	------	------	------

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Ações entregues	
Exercício social encerrado em	2023
Nº total de membros	9,00
Nº de membros remunerados	1,00
Número de ações entregues	32.501
Preço médio ponderado de aquisição	24,94
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	24,94
Multiplicação total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

(a) Modelo de precificação

No “Plano de ILP 2022” não há preço de exercício. A cada outorga o Conselho de Administração terá competência para estabelecer a metodologia de cálculo, metas e expectativas de retorno para fins de determinação e atingimento dos Critérios de Performance.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

No “Plano de ILP 2022”, o Conselho de Administração definirá em cada outorga (i) os conceitos e metodologias que serão utilizados no cálculo e definição da quantidade de Unidades de Ações de Performance a serem outorgadas a cada Beneficiário; (ii) a metodologia de cálculo, metas e expectativas de retorno para fins de determinação e atingimento dos Critérios de Performance; e (iii) os fatores multiplicadores ou redutores que serão utilizados na determinação da quantidade de Ações que cada Beneficiário receberá mediante o cumprimento do *Vesting*.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

No “Plano de ILP 2022” o disposto acima não se aplica.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

No “Plano de ILP 2022” o disposto acima não se aplica.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Órgão	Quantidade de Ações de emissão da Companhia
Diretoria Estatutária	80.134
Conselho de Administração	1.532
Conselho Fiscal	0

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Os membros do Conselho de Administração não participam do plano de previdência. Os Diretores Estatutários usufruem de plano de previdência com aporte voluntário de até 7% de sua remuneração e a Companhia aporta até este limite.

Diretoria Estatutária	2025
Nº total de membros	7,25
Nº de membros remunerados	7,25
Nome do plano	TupyPrev

Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Zero
Condições para se aposentar antecipadamente	Ter no mínimo 58 anos de idade
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	5.007.861,27
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	724.227,00
Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim, vide observação abaixo

Resgate total

Em caso de resgate total antecipado pelo participante do valor correspondente à provisão matemática de benefícios a conceder formada pela “contribuição participante” e pela “contribuição serviço passado participante”, o valor total correspondente à provisão matemática de benefícios a conceder formada pela “contribuição empresa”, pela “contribuição serviço passado empresa” e pela “contribuição especial empresa” será integralmente destinado à conta coletiva da Renda Total Empresarial Tupy, e o participante será excluído do plano.

Resgate parcial

Em caso de resgate parcial antecipado pelo participante do valor correspondente à provisão matemática de benefícios a conceder formada pela “contribuição participante” e pela “contribuição serviço passado participante”, a mesma proporção do valor correspondente à provisão matemática de benefícios a conceder formada pela “contribuição empresa” e pela “contribuição serviço passado empresa” será destinada à conta coletiva da Renda Total Empresarial Tupy. Neste caso o participante continuará no plano e a Companhia continuará a realizar suas contribuições.

8.15 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº total de membros	7,25	5,83	3,75	9,00	9,00	9,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	7,25	5,83	3,75	7,67	9,00	7,75	2,33	3,00	2,42
Valor da maior remuneração	9.981.457,56	8.722.425,70	11.272.048,58	936.400,00	971.533,33	763.832,00	216.000,00	209.550,00	179.980,00
Valor da menor remuneração	2.666.359,07	3.320.000,74	4.233.076,24	624.000,00	613.500,00	546.332,00	216.000,00	209.550,00	179.980,00

Valor médio da remuneração	5.248.398,73	3.919.201,91	6.769.432,47	690.408,39	673.548,15	600.367,46	216.000,00	209.550,00	177.268,60
----------------------------	--------------	--------------	--------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
31/12/2025	Em 2025: (i) 5 membros exerceram atividades durante todo o ano; (ii) 1 membro por 11 meses; (iii) 1 membro por 8 meses; (iv) e 2 membros por 4 meses. Sendo assim, os membros referidos nas alíneas (ii), (iii) e (iv), foram desconsiderados para fins de apuração da menor remuneração.	Em 2025: (i) 5 membros exerceram atividades durante todo o ano; (ii) 2 membros por 8 meses e (iii) 4 membros por 4 meses. Sendo assim, os membros referidos nas alíneas (ii) e (iii), foram desconsiderados para fins de apuração da menor remuneração.	Em 2025: (i) 2 membros exerceram atividades durante todo o ano e (ii) 1 membro por 4 meses. Sendo assim, o membro referido na alínea (ii), foi desconsiderado para fins de apuração da menor remuneração.
31/12/2024	Em 2024: (i) 3 membros exerceram atividades durante todo o ano; (ii) 3 membros por 8 meses; (iii) 1 membro por 6 meses; (iv) e 1 membro por 4 meses. Sendo assim, os membros referidos nas alíneas (ii), (iii) e (iv), foram desconsiderados para fins de apuração da menor remuneração.		
31/12/2023	Em 2023: (i) 3 membros exerceram atividades durante todo o ano; (ii) 1 membro por 5 meses; (iii) e 1 membro por 4 meses. Sendo assim, os membros referidos nas alíneas (ii) e (iii), foram desconsiderados para fins de apuração da menor remuneração.	Em 2023: (i) 3 membros exerceram atividades durante todo o ano; (ii) 2 membros por 8 meses; (iii) 8 membros por 4 meses; (iv) e 1 membro por 1 mês. Sendo assim, os membros referidos nas alíneas (ii), (iii) e (iv), foram desconsiderados para fins de apuração da menor remuneração.	Em 2023: (i) 1 membro exerceu atividades durante todo o ano; (ii) 1 membro por 8 meses e (iii) 2 membros por 4 meses. Sendo assim, os membros referidos nas alíneas (ii) e (iii), foram desconsiderados para fins de apuração da menor remuneração.

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Indenização por rescisão:

O Contrato de Prestação de Serviços para o Exercício de Funções Estatutárias celebrado entre a Companhia e seus Diretores Estatutários (Contrato), cujos termos foram examinados e aprovados pelo Conselho de Administração, estabelece que nas hipóteses de: (i) destituição sem justa causa; (ii) o Diretor Estatutário, ao término do seu prazo de gestão, não ser reeleito; (iii) o Contrato vir a ser rescindido por inadimplemento da Companhia; ou ainda, (iv) a rescisão do Contrato decorrer da Transferência do Controle Societário (conforme definido no art. 254-A da Lei das S/A), o Diretor Estatutário terá direito a uma indenização calculada proporcionalmente ao prazo de vigência do Contrato, limitada a 12 salários fixos mensais.

Na ocorrência da Transferência do Controle Societário, o Diretor Estatutário se obriga a permanecer no cargo por 6 meses contados da caracterização do fato, a exclusivo critério da Companhia. No termo final deste período, as partes deverão renegociar os termos do Contrato, sendo facultado ao Diretor Estatutário renunciar ao cargo mediante recebimento da supracitada indenização.

Caso o novo acionista controlador venha a optar pela destituição do Diretor Estatutário antes do término do prazo de 6 meses ou ao final do citado prazo, o referido Diretor Estatutário igualmente fará jus ao recebimento da referida indenização.

Caso o Diretor Estatutário renuncie ao seu cargo antes do término do prazo de 6 meses, não será devida a indenização.

Cláusula de não concorrência:

O Contrato estabelece que, a exclusivo critério da Companhia, o Diretor Estatutário deverá cumprir obrigação de não concorrência pelo prazo de 12 meses após deixar o seu cargo.

Caso a Companhia exija o cumprimento da obrigação de não concorrência, deverá pagar ao Diretor Estatutário o valor equivalente a 12 remunerações fixas mensais de uma única vez e de forma integral.

Se a Companhia não exigir o cumprimento da obrigação de não concorrência, não será devida compensação alguma.

No caso de violação da obrigação de não concorrência o Diretor Estatutário deverá, reembolsar em dobro a Companhia de todos os valores recebidos.

Seguro de vida:

Durante o exercício de funções, os Diretores Estatutários fazem jus a um Seguro de Vida para fins de morte ou invalidez permanente, correspondente à importância de R\$1.480.000,00 (um milhão e quatrocentos e oitenta mil reais).

Todos os pagamentos a cargo da Companhia estão condicionados à existência de previsão dos correspondentes recursos na Verba Global Anual aprovada pela Assembleia Geral.

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

	2023	2024	2025	Previsto 2026
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Nos últimos três exercícios sociais, não foi reconhecido no resultado da Companhia quaisquer valores como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Nos últimos três exercícios sociais, não foi reconhecido no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, qualquer valor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Para o exercício social corrente, que se findará em 31/12/2026, é previsto remuneração aos membros externos do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário no valor anual de R\$ 648.000,00, líquido de encargos sociais. Tal valor está contemplado na remuneração global dos administradores, e não foi indicado no item 8.2 do formulário de referência, uma vez que referido item não permite a discriminação da remuneração do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário.

* * *

ANEXO VI

Informações sobre candidata indicada para Vice-Presidente do Conselho de Administração (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme RCMV 80/2022)

MEMBROS TITULARES

ANEXO C	
Conteúdo do Formulário de Referência RCMV 80/2022	
7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	Adriana Duarte Chagastelles
b. data de nascimento	27/11/1968
c. profissão	Administradora
d. CPF ou número do passaporte	912.472.927-20
e. cargo eletivo ocupado	Candidata a membro suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	AGE de 13/02/2026
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2027
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Não
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	-
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	(i) Não se aplica; (ii) Funcionária do Banco do Brasil há 33 anos, atualmente ocupa o cargo de Diretora de Participações da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, onde também atuou entre Dez/2023 e Nov/2025 como Gerente Executiva na Gerência de Administração e Precificação da Carteira Imobiliária e de Nov/2028 a Dez/2023 como Gerente da Secretaria Executiva de Governança.
m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. condenação criminal	Não
ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	Não
iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não se aplica
7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social	Não se aplica
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não se aplica
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não se aplica

* * *

ANEXO VII

Informações sobre candidata indicada para membro suplente do Conselho de Administração

(itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme RCMV 80/2022)

ANEXO C	
Conteúdo do Formulário de Referência RCMV 80/2022	
7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	Ana Maria Gati
b. data de nascimento	04/12/1963
c. profissão	Engenheira
d. CPF ou número do passaporte	102.095.638-00
e. cargo eletivo ocupado	Candidata a membro suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	-
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2027
i. se foi eleito pelo controlador ou não	-
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	-
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Conselheira de Administração na empresa Pérola desde fevereiro de 2020.; Conselheira de Administração na Pettenati desde dezembro de 2023; e Conselheira Fiscal na Metalúrgica Gerda S.A. desde abril 2025; Conselheira de Administração Suplente na Neoenergia de abril de 2022 a março de 2025; Apoio no desenvolvimento da governança na empresa Coferly, de janeiro a agosto de 2024; Conselheira Consultiva na Aliança Metalúrgica de janeiro de 2022 a junho de 2024; Conselheira Consultiva na start-up Amachains pela Anjos do Brasil de setembro de 2021 a setembro de 2022; e Membro do Conselho Consultivo probono no Observatório social de São Paulo de setembro de 2020 a novembro de 2021.
m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. condenação criminal	Não
ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	Não
iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa,	Não

que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	
7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não se aplica
7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

* * *